

Congresso reconvoça Jorge Félix e Paulo Lacerda

Comissão deve ouvir na quarta-feira o chefe da Segurança Institucional e o ex-diretor da Abin, diz Heráclito Fortes (foto)

página 3



GERALDO MAGELA

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br/jornal

Ano XIV — Nº 2.881/189 — Brasília, 15 a 21 de setembro de 2008

EDIÇÃO SEMANAL 

Reativação de frota preocupa sul-americanos

Quarta Frota americana, desativada em 1950, voltou a operar em julho. Críticos dizem que a reativação pode estar ligada à recente descoberta de grandes jazidas de petróleo no litoral do Brasil.

página 10

bolívia

Senadores devem acompanhar crise, diz Garibaldi

página 11

concurso

Sai edital para preencher 150 vagas no Senado

página 13

cidadania

Guarda de filhos dividida entre mãe e pai

Entrou em vigor em agosto a lei que permite a guarda compartilhada de filhos de casais separados. Mas é preciso ficar alerta para que atritos entre os pais não se tornem um problema.

página 16

Congresso discute regras para o pré-sal

AGÊNCIA PETROBRÁS



Plataforma do campo de Jubarte, de onde foi extraída a primeira leva do pré-sal, em fase de testes

É intenso no Senado e na Câmara o debate sobre a futura exploração do petróleo na camada pré-sal. Diversos senadores pediram estudos à Consultoria Legislativa e exame mais profundo do assunto. Francisco Dornelles afirmou, na semana passada, que a discussão deve priorizar os investimentos necessários à exploração do petróleo no pré-sal. Marconi Perillo acusou o governo de fazer “jogada de propaganda”. Ele disse que as reservas só poderão ser exploradas daqui a dez anos, após investimentos de bilhões de dólares.

páginas 8 e 9

e mais...

AGENDA

página 2

VOZ DO LEITOR

FRASES

PERGUNTE AO SENADOR

página 15

Impresso Especial

5362005/DR/BSB
SENADO FEDERAL

---CORREIOS---



comissões



Senadores questionaram as condições atuais para que projeto seja colocado em prática, mas votaram favoravelmente

Escolas poderão oferecer ensino da língua de sinais

Autor do projeto aprovado pela Comissão de Educação, Cristovam crê que proposta pode formar pessoas para mercado de trabalho promissor

A oferta do ensino da Língua Brasileira de Sinais (Libras) fará parte dos currículos da educação infantil e do ensino fundamental. É o que estabelece projeto do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), aprovado terminativamente pela Comissão de Educação (CE).

De acordo com o texto aprovado (PLS 14/07), a disciplina será incluída no currículo “prioritariamente” na educação infantil e nos dois primeiros anos do ensino fundamental. O ensino da Libras, ainda de acordo com a proposta, será facultativo a partir da sexta série do ensino fundamental,

“conforme as possibilidades e as demandas da escola”.

Cristovam esclareceu que a Libras não será matéria obrigatória para os estudantes. Mas previu que o ensino abrirá portas aos alunos interessados para um “importante mercado de trabalho”. Além disso, observou, a oferta da matéria pode beneficiar famílias das pessoas surdas.

Após questionamentos de Marisa Serrano (PSDB-MS), Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Cristovam admitiu que faltarão professores em um primeiro momento, “mas a demanda deve motivar a for-

mação de novos profissionais”.

A CE aprovou também emenda da Câmara ao PLS 507/03, que define as categorias de trabalhadores que podem ser considerados profissionais de educação, e agora vai a Plenário, com pedido de urgência. A modificação incluiu, entre os profissionais de educação, professores habilitados em nível médio ou superior; portadores de diploma de pedagogia com habilitação em administração, planejamento, supervisão, inspeção e orientação educacional; e portadores de diploma de curso técnico ou superior em área pedagógica ou afim.

Comissão aprova dias do Historiador e do Rock

O Brasil pode contar com um dia nacional para o historiador e outro para o rock. A CE aprovou os projetos que prevêem as datas comemorativas, que seguem para Plenário. A homenagem aos historiadores é proposta (PLS 570/07) de Cristovam Buarque. A data, 19 de agosto, foi escolhida pelo relator, Augusto Botelho (PT-RR), por ser a data de nascimento de Joaquim Nabuco.

A criação do Dia Nacional do Rock (PLC 67/08), em 28 de junho, é uma homenagem ao baiano Raul Seixas, nascido nesse dia, em 1945. O relator do projeto foi Wellington Salgado (PMDB-MG).

Projeto (PLC 36/08) que denomina uma usina na porção baiana do rio São Francisco como Usina Hidrelétrica de Sobradinho Paulo de Souza Coelho foi aprovado pela CE. A comissão também aprovou o projeto (PLC 59/08), que dá o nome de Rodovia Federal Deputado Ivo Cersósimo a um trecho da BR-463, entre Dourados e Ponta Porã (MS). O relator foi Gilberto Goellner (DEM-MT).

Autorizações para novas escolas técnicas em GO e AM

A Comissão de Educação aprovou o projeto de lei (PLS 13/08) que autoriza o Executivo a criar a Escola Técnica Federal de Valparaíso (GO), no Entorno do Distrito Federal. A proposta, de Cristovam Buarque, foi aprovada em decisão terminativa com apoio do relator, Adelmir Santana (DEM-DF), e vai à Câmara.

Também em decisão terminativa, a CE aprovou o PLS 647/07, que autoriza a criação do Centro Federal de Educação Tecnológica de Manacapuru (AM), e o PLS 575/07, para a Escola Técnica Federal Naval de Itacoatiara (AM). Ambos foram apresentados por Arthur Virgílio (PSDB-AM) e tiveram como relator Papaléo Paes (PSDB-AP).

A CE aprovou ainda proposta de Renato Casagrande (PSB-ES) para discutir o desempenho olímpico da delegação brasileira em Pequim. Devem ser ouvidos o ministro do Esporte, Orlando Silva; o presidente do Comitê Olímpico Brasileiro, Carlos Arthur Nuzman, técnicos e atletas.

Maciel quer vida melhor para os mais pobres

O senador Marco Maciel (DEM-PE) defendeu maiores investimentos em políticas públicas destinadas a contribuir para a melhoria das condições de vida dos brasileiros de menor renda. As áreas mais importantes, segundo ele, são saúde, educação, infraestrutura urbana e rural, além de investimentos que visem à ampliação dos cursos para qualificação da mão-de-obra. Maciel ressaltou a necessidade de fornecer melhores condições de vida especialmente aos habitantes das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Senado deve debater ética, diz Adelmir Santana

O Senado Federal deve enfrentar o quadro de “impunidade e de falência das instituições pelo qual o Brasil passa atualmente”. A afirmação foi feita pelo senador Adelmir Santana (DEM-DF) que acrescentou que a Casa precisa assumir suas responsabilidades e “enfrentar a questão, fortalecer o debate sobre idéias que ajudem a aperfeiçoar e a consolidar as instituições democráticas comprometidas com a ética e com o bem-estar da população”. Para o parlamentar, é preciso agir antes que o descrédito do povo nas instituições e na política seja irreversível.

Filho estudante até 24 anos pode receber pensão por morte dos pais

Os filhos com até 24 anos que ainda forem estudantes do ensino superior ou técnico poderão ter direito à pensão por morte dos pais, conforme proposta aprovada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). O projeto (PLS 49/08) segue para exame da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) para votação em decisão terminativa.

Pela legislação atual, os filhos, ao completarem 21 anos, perdem o direito à pensão. O projeto, do

senador Expedito Júnior (PR-RO), recebeu parecer favorável do relator, senador Virgínio de Carvalho (PSC-SE).

Para assegurar o benefício, a proposta altera o Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos da União (Lei 8.112/90) e a lei que define os Planos de Benefícios da Previdência Social (Lei 8.213/91). O relator apresentou emenda para dar “caráter autorizativo” para a proteção a dependente de servidor público.

Transposição do São Francisco é irreversível, afirma secretário

O secretário de Infra-Estrutura Hídrica do Ministério da Integração Nacional, João Reis Santana Filho, afirmou que, apesar da polêmica em torno da transposição do rio São Francisco, a obra “é irreversível” e trará incontáveis benefícios para a população do Nordeste em termos de abastecimento de água para consumo e irrigação.

Santana Filho informou que as obras de integração de águas do rio São Francisco com outras bacias do Nordeste “estão andando muito rápido”. Dos

R\$ 6,9 bilhões previstos para o projeto, incluindo manejo ambiental, R\$ 2,1 bilhões já teriam sido contratados e, R\$ 304 milhões, desembolsados.

– Agora é que as empresas estão entrando. Até bem pouco tempo, só o Exército estava atuando – explicou, na comissão criada para acompanhar o desenvolvimento do projeto, presidida pelo senador Cícero Lucena (PSDB-PB).

O trecho Eixo Leste está previsto para ser concluído até 2010 e o Eixo Norte, até 2012.

agenda

Segunda-Feira

9h – DIREITOS HUMANOS Caminhoneiro – Reunião do grupo de trabalho da comissão que está encarregada de estudar soluções para as más condições de trabalho dos motoristas de caminhão, ônibus e outros meios de transporte rodoviário.

Quinta-Feira

10h – CPI DAS ONGs Oitiva – A comissão ouve o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Jorge Armando Félix, o secretário estadual de Saúde do Piauí, Assis Carvalho, e o dirigente do Instituto DataBrasil, Micael Ferrone Alves Pereira.

plenário

Segunda-feira

14h – Sessão não-deliberativa

Terça-feira

14h – Sessão não-deliberativa

Quarta-feira

14h – Sessão especial

Salvador Allende – Homenagem ao centésimo aniversário de nascimento do ex-presidente da República do Chile.

14h – Sessão não-deliberativa

Quinta-feira

10h - Sessão especial

Administrador – Comemoração dos 43 anos de criação da profissão.

14h – Sessão não-deliberativa

Sexta-feira

9h – Sessão não-deliberativa

inteligência



Autor do projeto, Jarbas Vasconcelos (E) conversa com Tasso Jereissati, que relatou a matéria em turno suplementar e concordou com a elevação da pena

CCJ aumenta para sete anos e meio de reclusão a punição para agentes

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decidiu elevar de seis anos para sete anos e meio de cadeia a punição máxima para o servidor público que violar o sigilo de comunicações telefônica, informática e telemática sem autorização judicial.

O grampo sem autorização judicial ou a violação de segredo de Justiça decorrente da interceptação autorizada passaria a ser punido com pena de dois a cinco anos de reclusão e multa. Essa pena é aumentada de um terço até a metade se o crime for praticado por funcionário público no exercício das

funções.

Incorre em pena que varia de um a três anos de reclusão, mais multa, quem fizer afirmação falsa com o fim de induzir a erro a autoridade judicial no procedimento de interceptação de comunicações telefônica, informática ou telemática.

O substitutivo de Demostenes Torres (DEM-GO) teve como base os projetos de lei de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) – PLS 525/07 – e do Executivo (PL 3272/08), que está na Câmara dos Deputados. Aprovada em decisão terminativa, a matéria deve ser enviada imediatamente à Câmara.

Como ficou o projeto que aumenta o rigor contra grampos telefônicos

O texto aprovado pela CCJ torna a oferta de serviço privado de interceptação telefônica ou telemática crime punível com reclusão de um a três anos, mais multa.

Para dificultar a escuta telefônica, o substitutivo proíbe a comercialização de equipamentos para interceptação, escuta, gravação e decodificação das comunicações telefônicas, salvo nas hipóteses e condições a serem fixadas, sendo obrigatório o registro no órgão competente. A determinação vale ainda para programas de informática e aparelhos de varredura.

Emenda do senador Jarbas Vasconcelos, incluída pelo relator, Tasso Jereissati (PSDB-CE), garantiu que o controle das operações de escuta permaneça nas mãos da Polícia Federal e do Ministério Público. A interceptação telefônica legal deve ser sempre executada por agente público. Fica proibida sua realização por empregados de empresas de telecomunicações.

– Cabe à prestadora de serviços de telecomunicações apenas disponibilizar meios tecnológicos para que a autoridade possa executar a medida – esclareceu Jarbas.

ESCUTAS E IMPUNIDADE

Pedro Simon (PMDB-RS) propôs a criação de um grupo de parlamentares para discutir as escutas telefônicas clandestinas pelo prisma da impunidade. O senador lamentou que a imprensa já anuncie uma possível anulação da Operação Satiagraha, que resultou na prisão do banqueiro Daniel Dantas, do investidor Naji Nahas e do ex-prefeito de São Paulo Celso Pitta. Simon disse que já se fala em punir o promotor, o delegado que coordenou as investigações e o juiz responsável pelo caso, que autorizou a quebra de sigilo telefônico dos investigados.

RECICLAGEM DOS DELEGADOS

“Os detetives brasileiros terão que se reciclar para se adaptar às novas regras de investigação.” A opinião é do senador Jarbas Vasconcelos, para quem houve uma banalização do grampo no Brasil. “Com a nova legislação, os detetives terão que buscar outros meios para fazer suas investigações”, completou. O substitutivo permite a utilização do aparelho somente por órgãos públicos devidamente autorizados em regulamento específico. – Esse equipamento pode ser facilmente importado. Queremos proteger a sociedade brasileira dessa arapongagem – concluiu.

Paulo Lacerda e Jorge Félix são reconvocados

O ex-diretor-geral da Abin e o chefe de Segurança Institucional devem ser ouvidos nesta quarta-feira, segundo o senador Heráclito Fortes

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) anunciou que reconvocará o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Jorge Félix, o ex-diretor-geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Paulo Lacerda, o diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa, e o ex-diretor de Contra-Inteligência da Abin

Paulo Maurício Fortunato Pinto. Eles prestarão novo depoimento à Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional (CCAI).

Presidente do colegiado, Heráclito argumenta que informações fornecidas aos senadores na terça-feira da semana passada são “completamente diferentes” das declarações prestadas

à CPI das Escutas Telefônicas Clandestinas, da Câmara dos Deputados.

– Diante da gravidade desse fato, não nos resta outro caminho a não ser reconvocar os mesmos cidadãos para prestarem esclarecimentos novamente naquela comissão. E marcamos essa convocação para esta quarta-feira – avisou o senador.



Paulo Lacerda, Paulo Fortunato, Jorge Félix, Heráclito Fortes, Marcondes Gadelha e Luiz Fernando Corrêa na audiência da CCAI

Ex-diretor rechaça condenação da Abin por grampos

No depoimento à Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional, o ex-diretor-geral da Abin, Paulo Lacerda, criticou a mídia por condenar a agência no episódio dos grampos. A comissão também ouviu, em depoimento fechado, o ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional, Jorge Armando

Félix, e o diretor-geral da Polícia Federal, Luiz Fernando Corrêa.

Após a divulgação de reportagem da revista *Veja* que atribuiu a servidores da Abin a realização de grampo em conversa telefônica do presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes, com o senador Demostenes Torres (DEM-GO), e que teriam atingido várias outras autoridades,

o presidente Lula afastou Lacerda do cargo até o fim das investigações.

Apesar de dizer aprovar o afastamento “para dar liberdade e transparência às investigações”, Paulo Lacerda lamentou que funcionários da agência estejam sendo “execrados” sem que haja qualquer prova de sua participação nos crimes noticiados.

Comissão vai receber relatório do Exército sobre agência

O presidente da CCAI, senador Heráclito Fortes, informou que a comissão deverá receber o relatório do Exército que trata dos equipamentos de que a Abin disporia para a realização de grampos.

O senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) acusou Jorge Félix de divulgar somente parte do relatório.

– Apenas o suficiente para não

exibir nem suficiências nem deficiências do sistema – criticou.

Reportagem publicada pela revista *IstoÉ* na semana passada aponta o agente aposentado do extinto Serviço Nacional de Informações (SNI) Francisco Ambrósio do Nascimento como principal responsável pelos grampos ilegais que monitoraram autoridades do Judiciário e do Legislativo.

Ambrósio foi cedido à Polícia Federal para auxiliar Protógenes Queiroz na Operação Satiagraha. Segundo a reportagem, ele usaria uma sala no prédio da PF.

Para Heráclito Fortes, a participação de Ambrósio deve ser esclarecida. O ex-agente foi convidado a depor na CCAI. “Temos que acabar com a grampolândia”, disse o senador.

Venda de equipamento de escuta deverá ser comunicada à Polícia Federal

Os fabricantes e comerciantes de equipamentos de escuta telefônica poderão ser obrigados a fornecer à Polícia Federal os dados cadastrais dos compradores finais de seus produtos. A medida consta de projeto de lei (PLS 741/07) do senador Romeu Tuma (PTB-SP) aprovado pela Comissão de

Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). O projeto vai à CCJ para decisão terminativa.

A inclusão dos comerciantes foi sugerida pelo relator, senador Cícero Lucena (PSDB-PB). Ele recordou que muitos equipamentos importados são apenas vendidos no país.

POLÍCIA DO SENADO

Nada encontraram as varreduras feitas pela Polícia do Senado Federal em busca de grampos nos gabinetes dos senadores Tião Viana (PT-AC), Alvaro Dias (PSDB-PR), Arthur Virgílio (PSDB-AM), Demostenes Torres (DEM-GO) e Tasso Jereissati (PSDB-CE) e na central telefônica do Senado. Foi o que mostrou relatório preliminar entregue pelo diretor da Polícia do Senado, Pedro Ricardo Araújo Carvalho, na semana passada ao presidente da Casa, Garibaldi Alves Filho. As investigações continuam.

plenário

Aprovada reposição de perdas com as exportações

Regulamentação do dispositivo passa pelo Senado e vai à sanção. União deverá compensar estados e municípios em R\$ 3,2 bilhões só neste ano

O Plenário do Senado aprovou na quarta-feira passada projeto de lei da Câmara (PLC 133/08) que regulamenta a reposição de perdas decorrentes de isenções aos exportadores oferecidas por estados, Distrito Federal e municípios, por conta da Lei Kandir. O repasse desses recursos pela União, relativo ao exercício de 2008, atinge R\$ 3,2 bilhões, segundo informações do Executivo, autor da proposta.

A União repassa anualmente

esse dinheiro aos estados, DF e municípios para incentivar as exportações. Pelo projeto, esses recursos deverão ser entregues até o 10º dia útil de cada mês.

As parcelas de cada estado, incluídas as de seus municípios, e do DF serão proporcionais aos coeficientes individuais de participação estabelecidos em dois anexos da proposta. Por exemplo, o coeficiente médio das duas tabelas para São Paulo é de 17,07%; o de Minas Gerais, de

14,4%; e o do Pará, de 6,74%. O Rio de Janeiro tem um percentual de 6,76%. Do total, a União entregará diretamente ao estado 75% e aos municípios 25%.

O rateio entre os municípios obedecerá aos coeficientes individuais de participação na distribuição da parcela do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de seus respectivos estados, aplicados ao exercício de 2008.

O Ministério da Fazenda deverá

definir, em até 30 dias após a publicação da lei, as regras que os estados deverão seguir para fazer jus ao repasse.

O projeto teve parecer favorável do relator, Sérgio Guerra (PSDB-PE), mas recebeu críticas dos senadores Wellington Salgado (PMDB-MG), Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Valter Pereira (PMDB-MS) e Eduardo Azeredo (PSDB-MG). Eles reclamaram que os recursos repõem apenas uma parte das perdas sofridas.

GERALDO MAGELA



Sérgio Guerra lê seu relatório favorável à aprovação do projeto, que recebeu críticas de senadores por não compensar todas as perdas dos estados

Vendas por cartões poderão ser feitas com máquina única

Os comerciantes poderão usar apenas um equipamento eletrônico para efetuar vendas a crédito e débito, mesmo que trabalhem com diferentes bandeiras de cartões. A possibilidade é prevista em projeto de lei do Senado (PLS 677/07), de Adelmir Santana (DEM-DF), aprovado na quarta-feira passada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). A proposta ainda será examinada, em decisão terminativa, pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Atualmente, explicou Adelmir Santana, os pequenos comerciantes são obrigados a alugar diversos equipamentos – um de cada bandeira de cartão de crédito ou débito – para poder efetuar suas vendas. O mesmo, acrescentou ele, não ocorre com grandes lojas e supermercados, que muitas vezes precisam só de uma máquina para fazer operações com todas as bandeiras de cartões. O parlamentar disse esperar que, ao reduzir o custo das pequenas empresas, diminua também o preço dos produtos cobrado dos consumidores.

projetos aprovados

8 a 12 de setembro

PLS 525/07, de Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE), e PL 3.272/08, do Executivo – Agrava a punição aos servidores públicos e autoridades que violarem o sigilo telefônico. Aprovado em decisão terminativa na CCJ, vai à Câmara.

PLC 133/08, da Câmara – Regulamenta a reposição de perdas decorrentes de isenções aos exportadores de estados, Distrito Federal e municípios, por conta da Lei Kandir. Aprovado em Plenário, vai à sanção.

PLS 533/03, do ex-senador Aelton Freitas – Regulamenta os consórcios e permite o uso do saldo do FGTS para efetuar lance em consórcio imobiliário. Aprovado em Plenário, vai à sanção.

PLS 619/07, de Tião Viana (PT-AC) – Consolida a legislação sanitária federal. Aprovado em Plenário, vai à Câmara.

PLC 20/07, da Câmara – Proíbe inserção, nas certidões de nascimento e de óbito, de expressões que indiquem condição de pobreza. Aprovado em Plenário, vai à sanção.

PLC 93/08, da Câmara – Estabelece as regras para o uso de animais em pesquisa. Aprovado em Plenário, vai à sanção.

PLC 22/07, da Câmara – Obriga as prefeituras e os governos estaduais e federal a exigirem dos seus fornecedores de biscoitos, pães e massas que a farinha de trigo misturada a derivado de mandioca. Aprovado em Plenário, vai à sanção.

PLC 50/07, da Câmara – Dia Nacional do Agente Marítimo. Aprovado em Plenário, vai à sanção.

PLC 119/07, da Câmara – Dá a trecho de rodovia em Volta Redonda (RJ) o nome de "Prefeito Nelson dos Santos". Aprovado em Plenário, vai à sanção.

Senado Foram ratificados 39 acordos internacionais, que vão à promulgação:

PDS 100/08 – Serviços aéreos com a Nigéria,

celebrado em Brasília, em 6/09/2005.

PDS 101/08 – Cooperação técnica com a Tanzânia, em Brasília, 15/5/2006.

PDS 102/08 – Cooperação nos Usos Pacíficos do Espaço Exterior com a Índia, em Nova Delhi, 25/1/2004.

PDS 103/08 – Com o Paraguai, para a construção de uma segunda ponte internacional sobre o rio Paraná, em Montevidéu, 8/12/2005.

PDS 104/08 – Cooperação com a Bolívia para combater o uso de aviões em atividades criminosas, em La Paz, 9/12/2005.

PDS 105/08 – Serviços aéreos com a Índia, em Brasília, 12/9/2006.

PDS 106/08 – Cooperação técnica com a Nicarágua, em Manágua, 12/2/2006.

PDS 107/08 – Com Hong Kong, na China, sobre isenção parcial de vistos, em Brasília, 20/10/2005.

PDS 109/08 – Emenda ao Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (Trips), da Organização Mundial do Comércio, adotado em 6/12/2005.

PDS 110/08 – Cooperação trilateral em agricultura e áreas afins entre Brasil, África do Sul e Índia, em Brasília, 13/9/2006.

PDS 111/08 – Cooperação com a Argentina na aplicação das leis de concorrência, em Buenos Aires, 16/10/2003.

PDS 117/08 – Textos do 21º Congresso da União Postal Universal (UPU), em Seul, 14/9/1994.

PDS 118/08 – Cooperação judiciária em matéria civil com o Líbano, em Beirute, 4/10/2002.

PDS 119/08 – Com o Centro Regional de Educação

em Ciência e Tecnologia Espaciais para a América Latina e o Caribe, em Brasília, 12/9/2000.

PDS 121/08 – Atos do 18º Congresso da União Postal das Américas, Espanha e Portugal (Upaep), Panamá, setembro de 2000.

PDS 122/08 – Atualização da Convenção nº 102 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), relativa à fixação de normas mínimas de seguridade social (Genebra, 28/6/1952).

PDS 123/08 – Cooperação em matéria sanitária veterinária com a Argélia, em Brasília, 12/5/2005.

PDS 124/08 – Emendas à Convenção Internacional sobre Normas de Treinamento de Marítimos, Emissão de Certificados e Serviço de Quarto (1978).

PDS 144/08 – Cooperação no campo da defesa com Portugal, Porto, 13/10/2005.

PDS 145/08 – Cooperação com Moçambique no combate ao tráfico de drogas e lavagem de dinheiro, em Brasília, 31/8/2004.

PDS 113/08 – Com a Bolívia, para a construção de ponte entre as cidades de Guajará-Mirim e Guayaramerín, em Brasília, 14/2/2007.

PDS 114/08 – Cooperação técnica com a União Africana, em Brasília, 28/2/2007.

PDS 125/08 – Com a Liga dos Estados Árabes, para a instalação da Delegação Permanente da entidade em Brasília, Cairo, 23/4/2007.

PDS 126/08 – Cooperação técnica com o Benin, em Brasília, 11/8/2005.

PDS 127/08 – Acordo Trilateral com a África do Sul e a Índia sobre Navegação Mercante e Transporte Marítimo, em Brasília, 13/9/2006.

PDS 140/08 – Cooperação com a Nigéria para o combate à produção, ao consumo e ao tráfico

de drogas e lavagem de dinheiro, em Brasília, 6/9/2005.

PDS 141/08 – Cooperação com a Argélia no campo da proteção dos vegetais e da quarentena vegetal, em Brasília, 12/5/2005.

PDS 142/08 – Cooperação cultural com Barbados, em Bridgetown, 17/5/2005.

PDS 143/08 – Cooperação com a Tunísia na área de educação superior, pesquisa e tecnologia, em Brasília, 16/1/2006.

PDS 146/08 – Cooperação com a Coreia do Sul na área de defesa, em Brasília, 31/3/2006.

PDS 147/08 – Cooperação com o Peru, sobre usos pacíficos do espaço exterior, em Lima, 17/2/2006.

PDS 148/08 – Atos da União Postal Universal (UPU), concluídos em Beijing (China) em 15/9/1999.

PDS 149/08 – Cooperação com a Guatemala para a prevenção e o combate ao tráfico ilícito de migrantes, em Brasília, 20/8/2004.

PDS 150/08 – Cooperação com Portugal na área de turismo, em Salvador, 29/10/2005.

PDS 152/08 – Resolução sobre a Revisão dos Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e dos Estatutos Revisados, Guiné Bissau, 17/7/2006.

PDS 153/08 – Cooperação financeira com a Alemanha, em Brasília, 27/11/2003.

PDS 156/08 – Cooperação econômica com a Hungria, em Brasília, 5/5/2006.

PDS 157/08 – Acordo para a Proteção de Informação Classificada com Portugal, Porto, 13/10/2005.

PDS 167/08 – Supressão de vistos entre o Brasil e a Lituânia, em Brasília, 4/11/2002.

plenário

Certidões de óbito e nascimento não indicarão pobreza

A inserção, nas certidões de nascimento e de óbito, de expressões que indiquem condição de pobreza será proibida. É o que determina o projeto de lei da Câmara (PLC 20/07) aprovado na última terça-feira pelo Senado. A proposta agora depende apenas de sanção presidencial.

O relator, senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), disse que a iniciativa, do então deputado Elimar Máximo Damasceno, dá fim a uma situação "vexatória", atualmente sofrida pelas pessoas que solicitam certidões gratuitas e têm sua condição explicitada nos documentos emitidos pelos cartórios.

Também foi aprovado o Projeto de lei da Câmara (PLC 34/07) que permite que o registro de nascimento de maiores de 12 anos e menores de 18 seja feito pessoalmente perante oficial de registro, sem a necessidade de intervenção judicial, exceto se esse oficial suspeitar de falsidade da declaração de nascimento.

Acolhido uso de FGTS em consórcio imobiliário

O trabalhador poderá utilizar parte do saldo do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS) na liquidação de saldo devedor ou para efetuar lance em consórcio imobiliário. É o que prevê projeto de lei (PLS 533/03) aprovado pelo Senado na última quarta-feira, que regulamenta os consórcios. O projeto agora vai à sanção presidencial. Uma das inovações é permitir que o consorciado utilize o saldo do FGTS inclusive para dar lances.

O projeto define consórcio como a reunião de pessoas físicas ou jurídicas em grupo, com prazo de duração e número de cotas previamente determinados, promovida por uma administradora, com o objetivo de facilitar aos integrantes, em igualdade de condições, a aquisição de bens ou serviços por meio de autofinanciamento. A proposta também determina que quem atuar como administrador de consórcio sem a prévia autorização do Banco Central poderá ser punido com prisão de quatro a oito anos e com pagamento de multa equivalente a 100% das parcelas do consórcio.

O grupo de consórcio será representado por sua administradora, em caráter irrevogável, na defesa dos direitos e interesses coletivamente considerados e para a execução do contrato.



Durante o processo de discussão da proposta em Plenário, Tião Viana (C) conversa com os senadores Tasso Jereissati e Romeu Tuma

Aprovado projeto que consolida leis da saúde

Senadores votam proposta de Tião Viana que reúne todas as leis relacionadas ao setor e atualiza a denominação de órgãos administrativos

Os senadores aprovaram na semana passada o projeto de lei (PLS 619/07) do senador Tião Viana (PT-AC) que consolida a legislação federal em vigor na área de saúde. A iniciativa, relatada por Augusto Botelho (PT-RR), tem o objetivo de facilitar o conhecimento, a interpretação, a aplicação e a alteração dos dispositivos legais. A matéria segue agora para apreciação da Câmara dos Deputados.

A proposta atende ao que dispõe a Lei Complementar 95/98, que determina a consolidação num único diploma legal de todas as leis pertinentes a uma determinada área, revogando-

se as leis incorporadas e sem modificação destas. O novo texto também unifica normas repetidas, atualiza a denominação de órgãos da administração pública e revisa o valor de penas pecuniárias.

Além disso, a proposta invalida dispositivos implicitamente revogados por leis posteriores e exclui dispositivos vetados ou considerados extintos. A consolidação resultou em um texto composto de nove livros.

O Livro 1 trata do Sistema Único de Saúde (SUS). Nele estão reunidos, dentre outros, textos de leis que dispõem sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde, enquanto o

Livro 2 trata da saúde suplementar e agrupa leis que dispõem sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde.

O Livro 3 agrupa, dentre outras, a legislação relativa à vigilância sanitária. No Livro 4, ficam reunidas normas referentes ao sangue e seus componentes e derivados. O Livro 5 trata do controle de doenças e agravos.

O Livro 6 aborda a atenção à saúde e tem legislações que tratam, entre outros temas, do planejamento familiar e da remoção de órgãos. As datas, os eventos e os símbolos relacionados com a saúde são tratados no Livro 7. O Livro 8 aborda as infrações à Legislação Sanitária Federal. As disposições finais, que tratam das cláusulas de revogação e de vigência, estão reunidas no Livro 9.

Iniciativa resultou em um texto composto de nove livros

DIRETOR PARA A ANAC

O Plenário aprovou na quarta-feira passada, com 36 votos favoráveis, 8 contrários e uma abstenção, o nome do engenheiro da reserva da Aeronáutica Cláudio Passos Simão para o cargo de diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac). Indicado pelo governo, o engenheiro já havia sido sabatinado pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), onde teve seu nome aprovado. Em sua exposição na CI, Cláudio Passos Simão disse que as exigências para vôos no Brasil são até maiores que em muitos países desenvolvidos.

DIA DO AGENTE MARÍTIMO

Projeto de lei da Câmara que institui o Dia Nacional do Agente Marítimo (PLC 50/07), a ser comemorado anualmente em 23 de junho, foi aprovado pelo Senado na quarta-feira passada. A proposta, que será encaminhada a sanção, teve como relator o senador Paulo Duque (PMDB-RJ). Ele sublinhou que os agentes marítimos compõem uma categoria profissional que desempenha papel fundamental no atendimento aos navios em cada porto, com destaque para as interfaces com as autoridades.

HOMENAGEM A PREFEITO

O Senado aprovou na terça-feira passada o Projeto de Lei da Câmara 119/07, que dá a trecho da BR-393, referente ao contorno de Volta Redonda (RJ), o nome de "Prefeito Nelson dos Santos Gonçalves". A matéria agora vai à sanção do presidente da República. Médico e político, Nelson dos Santos Gonçalves (1926-1986) assumiu a prefeitura daquela cidade em 1958, aos 33 anos de idade. Saneou as finanças do município, pagando os salários atrasados do funcionalismo, e deu início a uma série de realizações, que lhe renderam popularidade por décadas.

Uso de animais em experiência deve ganhar regras

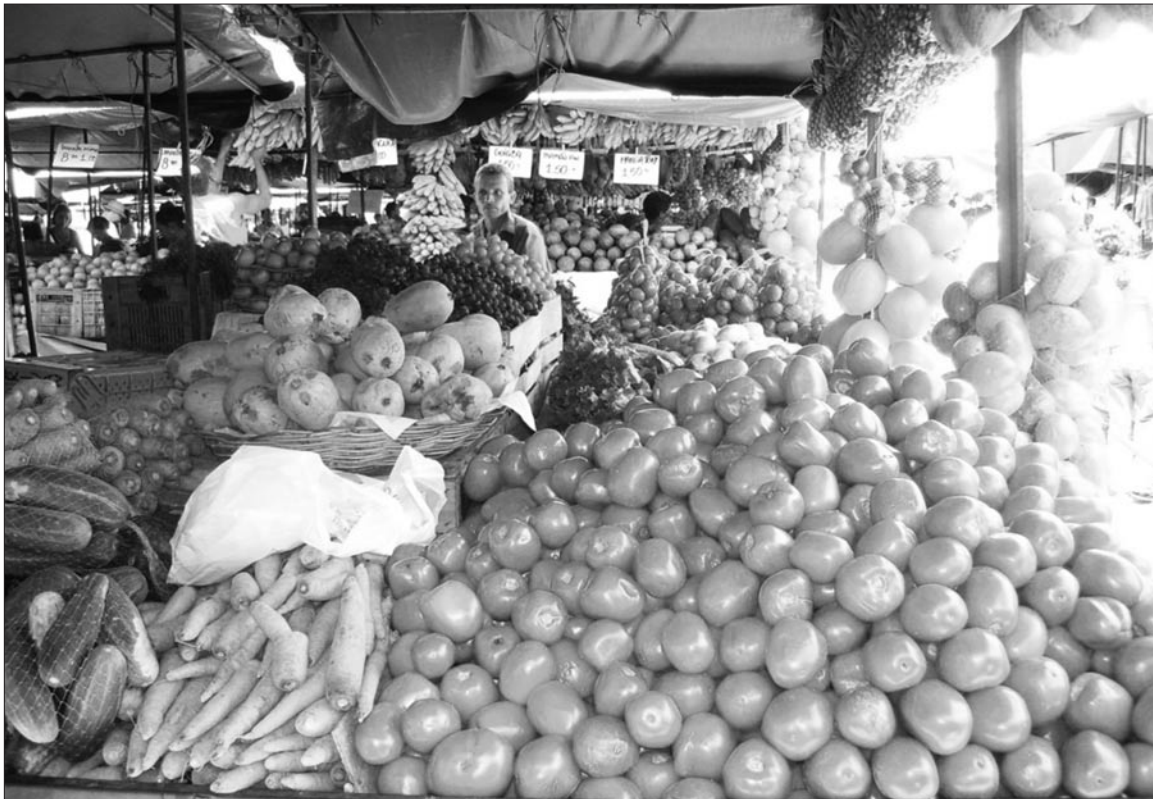
O uso científico de cobaias ganhou regras específicas com a aprovação pelo Senado, na terça-feira passada, de projeto de lei da Câmara (PLC 93/08). O texto cria o Conselho Nacional de Experimentação Animal (Concea), entidade com a missão de credenciar instituições interessadas na criação e utilização de animais para fins científicos e de formular normas para o uso de cobaias com o mínimo de sofrimentos físicos ou mentais. A proposta,

que agora vai a sanção, foi apresentada em 1995, pelo então deputado federal Sérgio Arouca (1941-2003).

O Concea terá a atribuição de monitorar a introdução de técnicas alternativas que substituam o uso de animais tanto no ensino quanto nas pesquisas científicas. A meta é evitar ao máximo o sofrimento e a dor no animal. Não estão incluídas entre as atividades de pesquisa as zootécnicas ligadas à agropecuária.

Segundo o projeto, os animais só poderão ser submetidos a intervenções recomendadas nos protocolos dos experimentos que constituem a pesquisa ou programa de aprendizado. Também deverão receber cuidados especiais antes, durante e após o experimento. Seu uso se restringirá às atividades de ensino nos estabelecimentos de ensino técnico de nível médio da área biomédica e aos de ensino superior.

segurança alimentar



LAISACAVALLANTE/FELICKR

Para Confederação da Agricultura, etanol representa menos de 1% da área cultivada, não influenciando a alta da comida

Alimentos: Comissão de Agricultura debate crise

Não houve consenso sobre tese de que o aumento da área de plantio de cana-de-açúcar para fabricação de etanol contribuiu para elevar preços

O senador Neuto de Conto (PMDB-SC), presidente da Comissão de Agricultura (CRA), defendeu a produção de etanol na audiência promovida pela comissão para debater a alta do preço e a queda na produção de alimentos.

Para ele, o Brasil tem cerca de 400 milhões de terras agricultáveis, mas apenas 7 milhões de hectares são usados para plantar cana-de-açúcar. E só a metade dessa cana é destilada em etanol.

Ainda assim, segundo Neuto, abundam críticas, especialmente no exterior, de que o uso das terras destinadas ao plantio para produção de combustível prejudica o cultivo de alimentos.

De acordo com o senador, esse

tipo de crítica parte de pessoas que não conhecem o Brasil ou que estão a serviço de algum interesse econômico conflitante com a produção de biocombustíveis.

Neuto de Conto disse ainda que, enquanto o mundo, neste início de século, reduziu em 50% os estoques de alimentos, com destaque para os grãos, o Brasil aumentou suas exportações em 38%.

– O Brasil não é o responsável pela falta de alimentos no mundo, mas sim os países que exploram a produção de insumos agrícolas, com destaque para os fertilizantes, que sofrem constantes aumentos de preço” – disse.

Já José Nery (PSOL-PA), que propôs a realização da audiência,

propôs a adoção de uma política de segurança alimentar efetiva, voltada para atender os brasileiros mais pobres.

Ele também se disse preocupado, juntamente com Cícero Lucena (PSDB-PB), com o aumento da área plantada de cana-de-açúcar para fabricação de etanol, em detrimento da produção de alimentos.

Marcelo Costa Martins, da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) respondeu que a produção de etanol não compromete nem 1% da área total usada para a agricultura.

Já Eduardo Suplicy (PT-SP) defendeu a manutenção de estoques de grãos para manter preços estáveis.

Alta da comida representa inflação de até 35% para os mais pobres

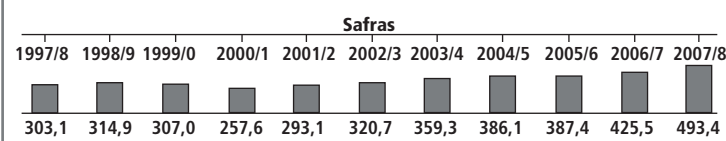
Os aumentos dos preços dos fertilizantes e do petróleo, aliados aos subsídios agrícolas e a problemas climáticos em países produtores forçaram o aumento dos preços dos alimentos em todo o mundo, explicou o assessor da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, Marcelo Martins, na audiência promovida pela Comissão de Agricultura para debater a crise mundial dos alimentos. Ele disse ainda que enquanto 47 milhões de hectares são destinados ao cultivo de alimentos, apenas 3,5 milhões de hectares são usados para plantar cana-de-açúcar para produção de etanol.

Sílvio Farnese, do Ministério de Agricultura, lembrou que o arroz, por exemplo, teve alta de 150% de janeiro de 2006 a janeiro de 2008. Já o milho subiu 155%. Observou também que há uma “tendência efetiva” de aumento do consumo de alimentos no planeta nos próximos anos, especialmente na África e na Ásia.

Já o representante do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), Onaur Ruano, afirmou que a alta dos preços dos alimentos prejudica de forma mais acentuada os pobres. “Para quem tem renda de R\$ 380, a inflação dos alimentos chega a 35%.”

Movida a etanol

Produção de cana-de-açúcar não pára de crescer (em milhões de toneladas)*



* Os dados da safra 2007/8 para as regiões Norte e Nordeste ainda não foram finalizados e referem-se à posição em 01/07/2008.

Fonte: União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica)

Em São Paulo, canaviais já são 70% das lavouras

Os canaviais de São Paulo, que no início da década respondiam por menos de 50% do espaço ocupado por lavouras, hoje se espalham por quase 70% da área plantada, excluindo as pastagens, de acordo com o secretário do Meio Ambiente no estado, Xico Graziano. Preocupado, o governo paulista prometeu endurecer, já a partir deste mês, as regras para instalação ou ampliação de usinas.

Com o aumento do uso de etanol de cana-de-açúcar como combustível, cresce também a preocupação com a definição de áreas que possam ser ocupadas por canaviais. O senador Jefferson Praia (PDT-

AM), por exemplo, destacou na semana passada a importância de um zoneamento que defina com clareza quais áreas se prestam à preservação, à extração primária ou ao aproveitamento pela agropecuária. “Não adianta tentar solucionar o problema da devastação da floresta a golpes de lições ou então pela via única da repressão, que só contribui para intensificar a violência,” disse ele.

Para discutir o zoneamento agrícola brasileiro, a Subcomissão dos Biocombustíveis do Senado, vinculada à CRA, havia marcado audiência para a última quarta-feira, mas o encontro foi adiado.

ambiente legal

Energia limpa: o anúncio do nirvana

A descoberta do “nirvana” (estado paradisíaco) da produção de energia limpa foi anunciada por pesquisadores do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT). A chamada “Revolução Solar” consiste em armazenar, de uma forma barata, a energia produzida pelo

sol. O mecanismo criado por eles usa componentes simples da química e foi inspirado na fotossíntese das plantas. A idéia é que dentro de dez anos o sistema já esteja funcionando nas residências e que elas sejam capazes de gerar sua própria energia.

Aviso sobre a poluição dos carros

Entidades ambientalistas da Espanha estão exigindo que as peças publicitárias de automóveis exibam, em letras legíveis, dados sobre suas emissões de dióxido de carbono. A determinação já existe desde 2002, mas as montadoras insistem em colocar as informações

em letras minúsculas. A Comissão Européia está realizando uma consulta com o objetivo de que sejam reservados ao menos 20% da publicidade para indicar os níveis de CO2. Grupos ecologistas de 11 países europeus estão promovendo essa campanha.

Los Angeles contra a sacola plástica

A cidade de Los Angeles, Estados Unidos, vai proibir o uso de sacolas plásticas nos estabelecimentos comerciais a partir de julho de 2010. O objetivo é pressionar os legisladores do estado da Califórnia a aprovarem uma lei que eliminaria de vez o uso de sacolas de plástico a partir de 2012. Quando a medida entrar em vigor em Los Angeles, em 2010, os consumidores serão obrigados a utilizar suas próprias bolsas ou a pagar 25 centavos de dólar para adquiri-las, em papel ou material biodegradável. Estima-se que Los Angeles consuma por ano 2,3 bilhões de sacolas de plástico.

O etanol que vem do lixo

A empresa britânica Ineos Bio anuncia que, em dois anos, será possível produzir etanol a partir do lixo, em escala industrial. Segundo a companhia, uma tonelada de resíduos orgânicos ou biodegradáveis poderá gerar cerca de 400 litros para abastecer veículos. A tecnologia já foi testada num projeto nos Estados Unidos e a empresa planeja fechar parcerias com governos para obtenção da matéria-prima.

Por que comer menos carne?

Deixar de comer carne uma vez por semana pode ajudar no combate às alterações climáticas? O cientista indiano Rajendra Pachauri, que preside o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas da ONU, disse que essa mudança na dieta é importante para reduzir as emissões de gases estufa e para combater outros problemas ambientais associados à criação de gado, como a destruição de habitats. A ONU estima que a produção de carne é responsável por cerca de um quinto das emissões mundiais de gases geradores do efeito estufa e que o consumo de carne deve duplicar a partir de 2050.

comissões

CAS aprova Dirceu Barbano para diretoria da Anvisa

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou por unanimidade a indicação do farmacêutico industrial Dirceu Brás Aparecido Barbano, 42 anos, para o cargo de diretor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). A autarquia, vinculada ao Ministério da Saúde, é responsável, entre outras funções, pelo controle sanitário de medicamentos e alimentos.

O relator, senador Paulo Paim (PT-RS), enalteceu a indicação de Dirceu Barbano, afirmando que ele tem vasta experiência nas áreas de gestão e de serviços de saúde, "o que o credencia para exercer as funções na Anvisa".

Dirceu Barbano foi secretário

municipal de Saúde em Ibaté e São Carlos, municípios de São Paulo, professor na PUC-Campinas e membro do Conselho Federal de Farmácia.

Durante a sabatina, o senador Flávio Arns (PT-PR) cobrou do governo, e de Dirceu Barbano, a atualização da lista dos chamados medicamentos excepcionais.

Segundo ele, grupos de doentes não estão tendo acesso a remédios de última geração, como o que combate a fibrose cística, "apesar de a Anvisa já ter autorizado a inclusão deles na lista, que não é atualizada há mais de seis anos".

A indicação do presidente da República vai agora ser votada pelo Plenário.



Senadora Rosalba Ciarlini cumprimenta o farmacêutico Dirceu Barbano

Pobres podem ganhar assistência para construir sua casa própria

Projeto de lei (PLC 13/08) que assegura às famílias com renda mensal inferior a três salários mínimos o direito a assistência técnica pública e gratuita para construção de sua casa própria foi aprovado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) na quarta-feira passada. O texto, que segue ao Plenário, estabelece que o direito à assistência técnica abrange todas as fases da edificação, reforma, ampliação ou regularização fundiária, a cargo de arquitetos, urbanistas

e engenheiros. Os serviços serão custeados por fundos federais direcionados à habitação de interesse social, por recursos públicos orçamentários ou por recursos privados.

A proposta estabelece que a ajuda do governo deve priorizar os mutirões e as obras em zonas habitacionais de interesse social. O senador Paulo Paim (PT-RS) lembrou que há, no Brasil, além de déficit de sete milhões de moradias, incontáveis núcleos urbanos mal planejados.

Atendimento integral à saúde infanto-juvenil

SUS poderá ser obrigado a oferecer cuidados educacionais, preventivos, diagnósticos e terapêuticos às crianças e adolescentes brasileiros

Projeto da senadora Patrícia Saboya (PDT-CE) que prevê atendimento mais completo à saúde de crianças e adolescentes foi aprovado na semana passada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O texto teve modificações inseridas pelo relator, senador Papaléo Paes, e obriga o SUS a atender integralmente os menores, levando em consideração o seu crescimento e desenvolvimento, por meio de cuidados educacionais, preventivos, diagnósticos e terapêuticos.

Esses cuidados, de acordo com a proposta, precisam observar o estado nutricional e a história alimentar, a curva de crescimento, o programa de vacinas, o desenvolvimento neuropsicomotor, a acuidade visual, a função auditiva e a saúde bucal. Deverão considerar também o meio

ambiente, a quantidade e a qualidade do sono, o desempenho escolar, a atividade física, os cuidados domiciliares e o desenvolvimento sexual.

A proposta (PLS 227/08) agora será examinada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS),

em decisão terminativa.

A CDH também aprovou parecer do senador Cristovam Buarque (PDT-DF) pela aprovação de projeto que determina a aplicação de pena em dobro a adultos que envolverem menores em crimes.



Cristovam Buarque, Mesquita Júnior, Flávio Arns e José Nery em reunião da CDH que aprovou também penas maiores para adultos que envolverem menores em crimes

CDH quer compromisso dos candidatos com a defesa dos direitos humanos

A CDH enviará aos candidatos a prefeito e a vereador do país carta pedindo que eles assumam um compromisso com a questão dos direitos humanos, informou o presidente da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS).

O conteúdo da carta foi definido com os senadores Cristovam Buarque (PDT-DF) e José Nery (PSOL-PA).

Os senadores identificaram alguns pontos que acreditam devam merecer o apoio dos candidatos: a atenção aos menores, por meio do cumprimento do Estatuto da Criança e do Ado-

lescente; a garantia dos direitos das pessoas com deficiência; o combate ao trabalho escravo; a atenção aos povos indígenas; a busca da igualdade racial; e a inclusão no currículo oficial do ensino da história e da cultura afro-brasileiras.

No encontro, Cristovam Buarque aconselhou o presidente Lula a incluir em seu discurso de abertura dos trabalhos da Organização das Nações Unidas (ONU), no próximo dia 23, ampla defesa para que os países mais pobres ou em desenvolvimento destinem mais recursos para a educação.

Audiência pública discutirá Estatuto do Motorista Profissional

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa marcou para 13 de outubro audiência pública para discutir o PLS 271/08, de Paulo Paim (PT-RS), que institui o Estatuto do Motorista Profissional.

O texto deve incluir normas para as atividades de taxista, caminhoneiro e motorista de ônibus.

A audiência será realizada em conjunto com a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e terá participação de representantes das classes sindicais e do setor público e privado de transportes. E será precedida de reuniões com os representantes do setor sobre a legislação relacionada às condições de trabalho dos profissionais.

A CDH poderá realizar audiências também para discutir o caso dos dois meninos assassinados pelo pai e pela madrasta em Ribeirão Pires (SP); para tratar da escassez de medicamentos para o tratamento de hemofilia; para discutir e divulgar o documentário *Jango em 3 Atos*, da TV Senado; e para instruir projeto de lei (PLS 66/04) do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) que visa incluir entre os beneficiários do passe livre os portadores de doenças graves e incapacitantes.

agora é lei

Presidente Lula sanciona ampliação da licença-maternidade para 6 meses

As empresas receberão incentivos para ampliar o período da licença-maternidade de 120 para 180 dias. É o que estabelece a Lei 11.770/08, sancionada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva e publicada no *Diário Oficial* em 10 de setembro. O empregador deverá pagar o salário e a contribuição previdenciária da funcionária durante os 60 dias adicionais de afastamento e poderá descontar o valor no Imposto de Renda.

Os incentivos só serão concedidos a partir de 2010 porque o governo alega que a redução na arrecadação terá de ser adaptada à lei orçamentária, o que só poderá ocorrer no ano que vem.

O presidente da República também vetou dois pontos do projeto: o que estendia a isenção fiscal às empresas optantes do Simples e o que exonerava o empregador de pagar o INSS relativo aos dois meses de prorrogação

da licença.

Para ampliar a licença, o empregador deve estar enquadrado no regime de lucro presumido e aderir ao programa Empresa Cidadã. A adesão é facultativa.

De acordo com a proposta, também a administração pública fica autorizada a instituir programa que garanta a ampliação da licença-maternidade. A lei beneficia também as mães adotivas, que terão direito à remuneração

integral com a condição de que não exerçam atividade remunerada e desde que a criança não frequente creche ou instituição similar. Para ter direito ao benefício, a trabalhadora deverá requerer a prorrogação da licença até o final do primeiro mês após o parto ou adoção.

O novo prazo de licença-maternidade não é obrigatório: cabe às empresas decidir se concedem ou não a prorrogação.

energia

Congresso se mobiliza para redefinir exploração de petróleo

Novas descobertas na área do pré-sal, que dobram as reservas brasileiras, aceleram debates no Legislativo sobre a melhor forma de usar essas riquezas para o desenvolvimento do país

Na mesma semana em que a Petrobras divulgou a estimativa de que o poço de Iara, na Bacia de Santos – na nova área de exploração conhecida como pré-sal –, poderá produzir entre 3 e 4 bilhões de barris de petróleo, os senadores Francisco Dornelles (PP-RJ) e Marconi Perillo (PSDB-GO) voltaram a discutir em Plenário a melhor forma de exploração dos recursos.

Protagonista na formulação de uma nova política para o setor, o Congresso Nacional se mobiliza. Renan Calheiros (PMDB-AL), Delcídio Amaral (PT-MS), Renato Casagrande (PSB-ES), Gim Argello (PTB-DF) e Cristovam Buarque (PDT-DF) já pediram estudos à Consultoria Legislativa e mais debates sobre o assunto.

O presidente da Câmara Arlindo Chinaglia confirmou que vai realizar, por sugestão do deputado Arnaldo Jardim (PPS-SP), debate em Plenário com representantes do Ministério de Minas e Energia, da Agência Nacional do Petróleo e da Petrobras.

A agitação se justifica, já que a mudança da realidade do país é grande. Até o ano passado, as reservas brasileiras comprovadas estavam em 14,5 bilhões de barris. De lá para cá, além da descoberta de grandes profundidades, pode produzir entre 5 e 8 bilhões de barris, fazendo com que o país praticamente dobre suas posses de petróleo. Assim, o Brasil poderia passar a exportador da commodity.

Com reservas do pré-sal, país pode passar a exportador de petróleo

Presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), Marconi Perillo propôs a realização de um debate conjunto sobre o tema com a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Porém, ele criticou o governo por usar o petróleo do pré-sal como “jogada de propaganda”, mostrando as recentes descobertas como remédio para

todos os problemas. Segundo ele, as reservas só poderão ser exploradas daqui a dez anos, e depois de obtidos bilhões de dólares de investimentos.

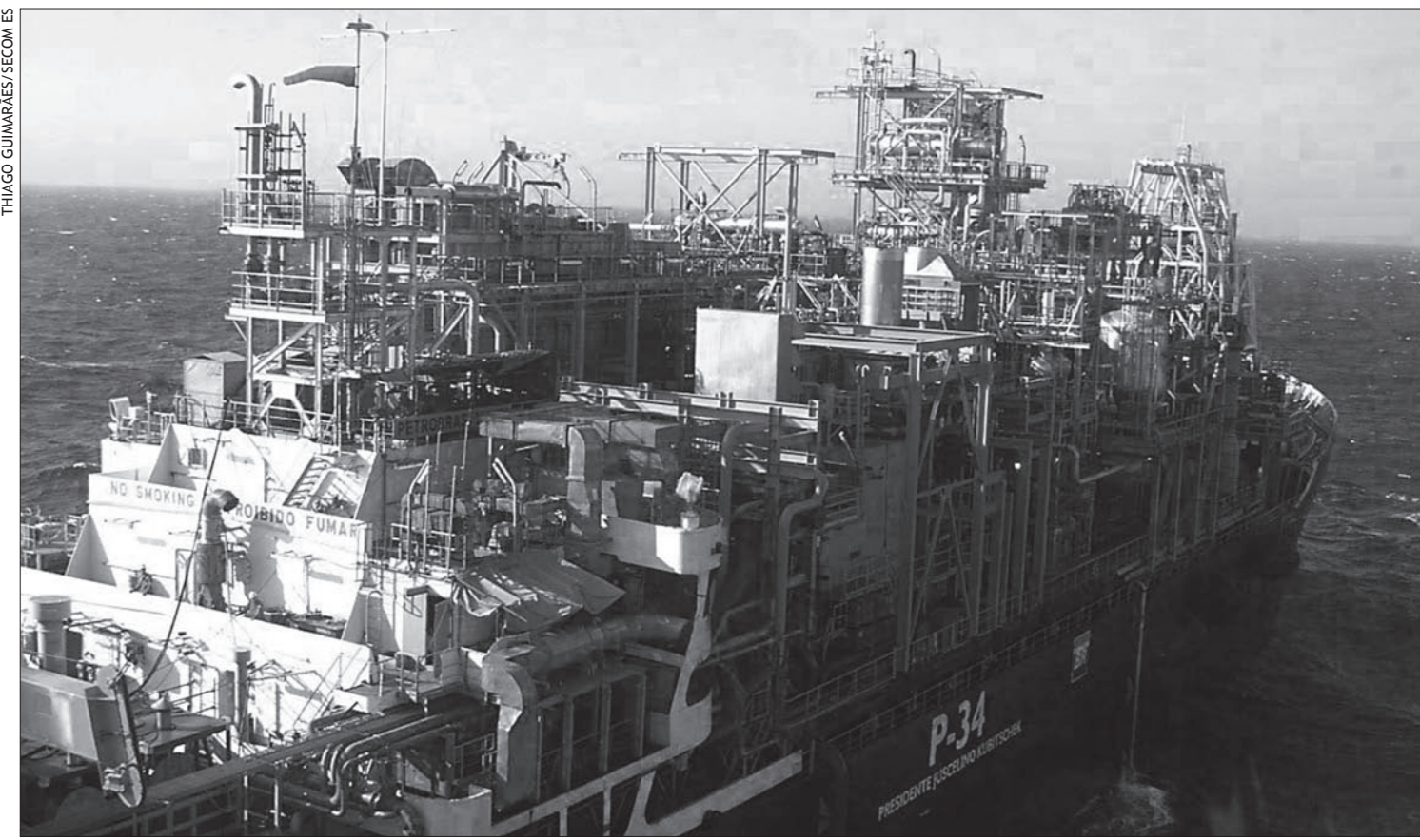
Dornelles entende que a discussão deve priorizar os investimentos necessários para a exploração do petróleo no pré-sal. Conforme o senador, um pré-requisito para a obtenção dos investimentos é a garantia de que contratos em vigor serão respeitados.

O senador entende que um decreto basta para que o governo tenha sua participação aumentada na exploração das reservas do pré-sal, sem necessidade de modificação da lei, criação de nova empresa ou adoção do critério de partilha. Até o controle da exportação, acredita Dornelles, pode ser alcançado sem alteração do modelo de concessão.

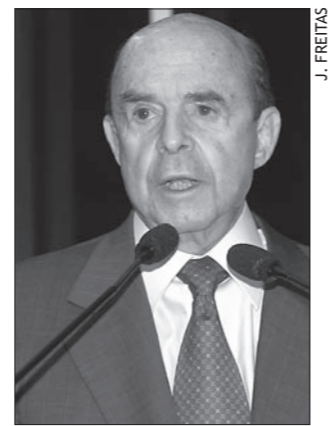
Para Delcídio Amaral, as discussões sobre as descobertas no pré-sal estão precipitadas e sem o cuidado devido. Na sua opinião, não se trata apenas de aumentar a produção de petróleo e gás, mas de debater o que essa riqueza pode representar para o futuro do país.

Delcídio entende que a nova realidade trará desafios para a ciência, a educação, a capacitação de mão-de-obra e a formulação de uma política industrial.

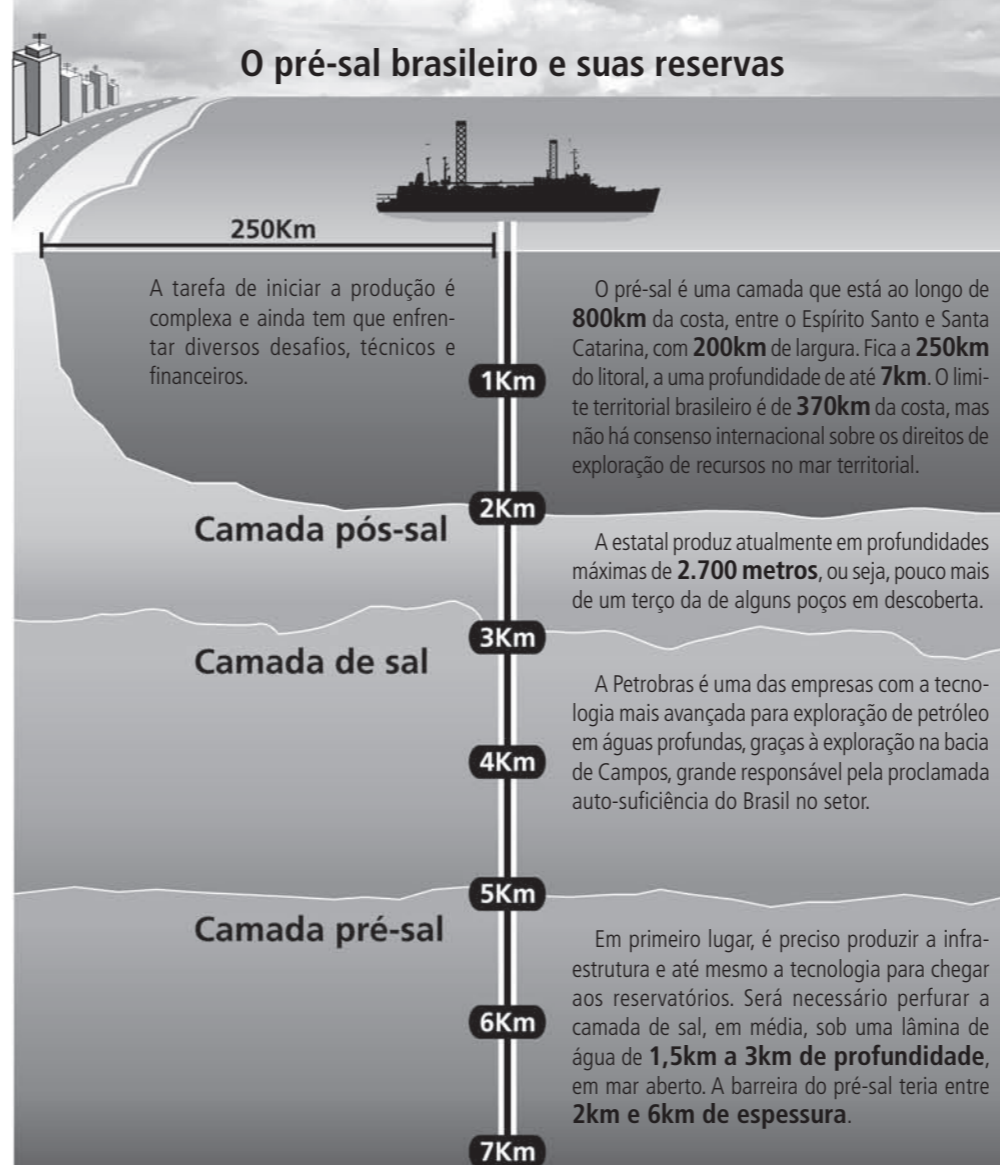
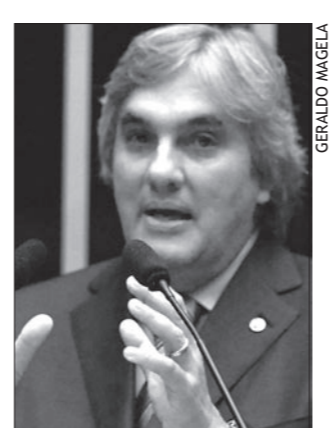
– Não podemos atropelar as coisas falando de uma nova empresa, de redistribuição de royalties, se nem sequer temos um modelo predefinido. O que me preocupa é que essa sucessão de opiniões só traz instabilidade ao setor – afirmou, lembrando que serão necessários investimentos de US\$ 600 bilhões para explorar o petróleo da camada pré-sal.



No início do mês, Petrobras deu início à produção do primeiro óleo do pré-sal, no campo de Jubarte, na bacia de Campos, litoral sul do Espírito Santo



Dornelles, Marconi, Delcídio e Renan (de cima para baixo) abordaram a necessidade de novas regras para melhor aproveitar riqueza do pré-sal



Riquezas escondidas no fundo do oceano

- Os reservatórios de petróleo na camada de pré-sal podem levar o país a uma posição de grande exportador de petróleo e gás natural.
- Segundo o relatório, a estimativa é conservadora, já que o pré-sal se estende até o Espírito Santo.
- Hoje, o Brasil tem reservas comprovadas de 14,5 bilhões de barris de petróleo.
- O óleo na maior parte das reservas brasileiras atuais é pesado. As jazidas do pré-sal, porém, teriam hidrocarbonetos leves, gás natural e condensado. O início da produção pode levar à alteração do perfil das reservas brasileiras, reduzindo a importação de óleo leve e gás natural.
- De acordo com o relatório do banco Credit Suisse, as reservas da camada pré-sal na bacia de Santos, incluindo Tupi e outras, podem atingir 46,5 bilhões de barris de óleo leve.



Obs.: As informações são de estudos técnicos da consultoria legislativa do Senado Federal Márcia Biato e os gráficos de apresentação do consultor legislativo da Câmara dos Deputados Paulo César Ribeiro Lima, de 22 de agosto de 2008.



Ao lado do presidente da Petrobras, Sérgio Gabrieli, o presidente Lula participa da primeira extração de óleo do pré-sal

Cinco questões desafiam novo marco regulatório

Após as descobertas de petróleo e gás natural na bacia de Santos, a primeira medida do governo foi suspender novos leilões para conceder blocos de exploração na área do pré-sal. Para a consultoria legislativa do Senado Federal Márcia Biato, agora governo e Congresso terão que enfrentar cinco questões para formatar uma nova regulamentação na exploração do petróleo e do gás, já em estudo na Casa Civil da Presidência.

O segundo item seria a formulação de uma estratégia para exportar o petróleo ao longo do tempo. Conforme a consultora, estudos indicam que, bem usadas, as reservas potenciais do pré-sal podem garantir a auto-suficiência nacional por pelo menos 30 anos. Porém, as empresas, estimuladas pelo lucro, podem extrair o petróleo antecipadamente, fazendo com que o país volte a depender do produto importado.

A terceira preocupação é geopolítica. Segundo Márcia Biato, os Estados Unidos ainda não endossaram a posição brasileira de que tem o direito de exploração das áreas dentro do limite territorial de 200 milhas náuticas (370 quilômetros). Assim, questões de segurança, diz a consultora, têm que ser levadas em conta. Esta hipótese reforça o argumento de que a exploração fique a cargo de uma empresa nacional.

Até riscos à segurança nacional devem ser considerados

A quarta questão diz respeito à tributação da exploração, às participações governamentais e a forma de exploração. O Instituto Brasileiro de Petróleo e Gás (IBP), por exemplo, defende a desoneração completa da cadeia produtiva do setor. Os royalties, sua quantidade e distribuição, já em curso, também devem ser reavaliados. Finalmente, a consultora aborda a questão da concorrência entre empresas nacionais e estrangeiras na exploração de petróleo. Além da capacidade de investimento da Petrobras estar muito aquém à das gigantes do setor, argumenta-se que a estatal foi a que mais investiu na prospeção do petróleo do pré-sal, correndo altos riscos. Agora, com tecnologia e maior potencial de descoberta de novas jazidas, as empresas estrangeiras poderiam investir mais para obter as concessões do que a Petrobras teria condições.

Especialista defende maior envolvimento do Estado

Os governos que vêm aumentando seu envolvimento no setor petrolífero estão conseguindo maior participação e maior compensação financeira na produção de petróleo. Essa é uma das observações do consultor legislativo da Câmara dos Deputados Paulo César Ribeiro Lima, especialista em recursos minerais, hídricos e energéticos. Para ele, deve haver uma revisão profunda na Lei 9.478/97, que regulamentou a mudança constitucional que quebrou o monopólio da União, em 1995. A lei, afirma Ribeiro Lima, é mais restritiva que o texto constitucional (Emenda à Constituição 9/95), pois obriga o governo a assinar contratos de concessão

para a pesquisa e lavra, sendo que o resultado dessa atividade se torna propriedade do concessionário – na maioria dos casos, a Petrobras. A Constituição, por outro lado, não define o tipo de contrato. Com o potencial aumento das reservas do país, que podem até quadruplicar, Ribeiro Lima entende que o risco de exploração na área do pré-sal exige uma mudança na postura da União sobre a exploração do petróleo e gás. Dessa forma, ele acredita que somente se a lei for mudada, o governo poderá ter maiores receitas e maior controle sobre a produção.

Hoje, 60% do capital da Petrobras é privado, 40% de estrangeiros

Essas maiores receitas e maior controle poderiam ocorrer com a celebração de contratos de partilha de produção entre o governo e as empresas petrolíferas. Seria oportuna a criação de uma empresa pública para apresentar a União nesses contratos. A Petrobras, em razão de ter 60% do capital social em mãos privadas, sendo 40% em mãos estrangeiras, não poderia ser essa empresa nacional, a menos que o capital fosse recomprado – defende.

Quatro tipos de contratos entre governos e empresas

Segundo o economista Kirsten Bindemann, existem quatro tipos de contratos entre governos e empresas para exploração de petróleo. Para saber qual o mais adequado, devem ser analisadas variáveis de acordo com cada país, como a maturidade do setor de petróleo, o regime fiscal, se é importador ou exportador, aspectos geológicos, custos de estrutura regulatória.

Contratos de concessão: têm como características básicas a exploração em grandes áreas, por longo prazo e maior controle da empresa contratada sobre o desenvolvimento e a produção. Geralmente, o governo tem o direito de receber uma compensação financeira com base na produção. Caso não haja a produção prevista, os contratos expiram depois de determinado período. Atualmente, os contratos de concessão dão às empresas direitos exclusivos de explorar, desenvolver e exportar o petróleo por períodos mais curtos e com royalties cada vez maiores, mantendo ainda alta rentabilidade para as empresas. Em suma, o petróleo torna-se propriedade

da empresa, que, em contrapartida, assume o risco da exploração e paga tarifas ao estado pelo direito de exploração do recurso. **Contratos de partilha de produção:** o petróleo é propriedade estatal e a empresa que o extrai recebe como recompensa parte da produção. São muito utilizados no Oriente Médio e nos países que integravam a antiga União Soviética (Rússia, Cazaquistão etc.). **Contratos de serviço:** se assemelham ao contrato de partilha, mas, em vez de petróleo, as empresas recebem um pagamento fixo pelos riscos financeiros e

pela aplicação de esforços e know-how na exploração do combustível. Tiveram origem no México e na Argentina. **Joint ventures:** o governo ou um órgão governamental são parte ativa na operação do campo petrolífero e se apropriam de parte da produção. Além de royalties e impostos, o governo participa dos lucros. Os riscos e custos de desenvolvimento e operação são divididos entre os parceiros. Pode ser contratual ou por participação. Neste caso, a parcela do Estado geralmente é superior a 50%.

Fonte: O petróleo na Constituição de 1988, mudanças e perspectivas. Estudo técnico do consultor legislativo da Câmara dos Deputados Paulo César Ribeiro Lima, de julho de 2008.

américa do sul



Base naval de Mayport, na Flórida (EUA), onde fica baseada a Quarta Frota: iniciativa levantou temores no continente

Reativação da 4ª Frota preocupa sul-americanos

Sucessão de coincidências justifica preocupação e estranheza dos países do continente com entrada em operação de força naval dos EUA

Enquanto países e instituições sul-americanos manifestam preocupação e estranheza com a reativação da Quarta Frota da Marinha dos Estados Unidos, o governo de Washington garante que a unidade, que atuará nos mares que banham o continente, não tem características de ataque nem navios ou armamentos fixos, servindo apenas para ajuda humanitária.

A forte reação à iniciativa estadunidense deve-se à ocasião em que a medida foi anunciada e a uma série de coincidências.

Em primeiro lugar, descobertas de grandes reservas de petróleo distantes centenas de quilômetros do litoral brasileiro também foram divulgadas este ano. A dependência da economia dos EUA com relação ao petróleo é grande e a iniciativa militar em grandes

produtores do combustível fóssil é amplamente conhecida, como no caso do Iraque. Mais ainda, hoje 50% das importações de petróleo dos Estados Unidos vêm da região, especialmente das reservas do México e da Venezuela, voltadas para o Caribe.

Venezuela, Bolívia e Equador têm presidentes que baseiam seus discursos em um forte sentimento antiamericano, acusando o governo de George W. Bush de tutelar a região. Para muitos, as declarações do venezuelano Hugo Chávez se aproximaram, nos últimos anos, às feitas pelo líder cubano Fidel Castro, histórico inimigo dos Estados Unidos. Na semana passada, o clima esquentou com a expulsão dos embaixadores americanos da Bolívia e da Venezuela. Os EUA responderam no mesmo tom.

Já o Equador dá mostras de que não vai renovar a licença para a instalação da única base aérea militar permanente dos EUA na América do Sul, na cidade portuária de Manta. O acordo expira em novembro de 2009 e o presidente Rafael Correa já disse que não vai prorrogá-lo.

As coincidências não param por aí. O anúncio do restabelecimento da Quarta Frota foi feito em 24 de abril, dias antes de os chefes de Estado da América do Sul assinarem, em Brasília, o protocolo de constituição da União das Nações Sul-Americanas (Unasul). Em maio, foi lançada pelo Brasil a idéia de criar um Conselho de Segurança da América do Sul, com apoio inclusive da Colômbia, principal aliada dos EUA no continente.

Diante dos questionamentos, foram muitas as reações de instituições como o Senado brasileiro e os parlamentos Amazônico (Parlamaz) e do Mercosul (*leia mais na Página 11*).

EUA garantem que navios só têm missão de prover ajuda humanitária

Um exército em alto-mar

Uma frota, ou frota naval, é uma grande formação de navios de guerra, equivalente, no mar, a um exército em terra. Geralmente é permanente e designada para cobrir uma determinada massa de água, oceano ou mar.

Os Estados Unidos usam números para nomear suas frotas. Atualmente, muitas delas, como a recriada Quarta Frota, são unidades administrativas que formam forças-tarefa para operações específicas.

Ou seja, apesar de não ter, como anunciam os oficiais americanos, equipamentos ou navios fixos, quando em exercício, a Quarta Frota reunirá porta-aviões e submarinos, entre outros navios de guerra de grande porte, para patrulhar as águas do Atlântico

e do Pacífico, da América Central à Patagônia. A Quarta Frota ainda não tem grande efetivo e sua instalação, por etapas, está programada para ser concluída até 2009.

O contingente foi criado originalmente em 1943 para patrulhar as águas internacionais próximas à América do Sul. Naquele ano, em meio à Segunda Guerra Mundial, diversas embarcações civis de países aliados dos Estados Unidos, inclusive do Brasil, foram torpedeadas por submarinos e navios de guerra da Alemanha nazista.

Com o fim da guerra e a concentração dos interesses dos Estados Unidos na Europa Oriental e na antiga União Soviética, nos anos da Guerra Fria, e, mais tarde, no Oriente Médio, sua instabilidade política e suas grandes jazidas petrolíferas, não havia mais razão para manutenção da Quarta Frota, que foi desativada em 1950.

A unidade voltou a operar nos mares da América Latina em 1º de julho deste ano. O Departamento de Defesa dos Estados Unidos anunciou que a reativação é apenas um ajuste operacional sem objetivos de ataque, que visa melhorar o combate ao narcotráfico, a assistência humanitária em caso de desastres naturais como furacões e a cooperação com as nações parceiras, inclusive em exercícios militares.

A sede da Quarta Frota é a Estação Naval de Mayport, na cidade de Jacksonville, na Flórida. O comandante é o contra-almirante Joseph Kernan.

Conselho de Defesa do Parlasul discute crise na Bolívia e Paraguai

A instabilidade política na Bolívia e no Paraguai deverá ser um dos principais temas em debate durante a 13ª Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul, que começa nesta segunda-feira, em Montevideu. No segundo dia da sessão, o ministro brasileiro da Defesa, Nelson Jobim, fará uma exposição sobre a proposta de criação do Conselho de Defesa da América do Sul, anunciada paralelamente ao anúncio dos Estados Unidos de recriação da Quarta Frota da Marinha (*leia ao lado*), que também vem mobilizando o Parlasul.

O presidente da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), pretende apresentar na sessão plenária um projeto de declaração em defesa da manutenção da democracia na Bolívia – país que passa por uma forte crise política (*veja página 11*) – e de repúdio às ameaças à integridade territorial do país. A proposta deverá conter uma advertência de que o Mercosul se oporá a qualquer tentativa golpista na Bolívia.

Quanto ao Paraguai, caberá a

integrantes da própria bancada do país apresentar um projeto de declaração em apoio à democracia e ao novo presidente Fernando Lugo. A suposta preparação de um golpe de Estado no país vizinho foi denunciada por Lugo há uma semana, depois que soube de reunião realizada na casa do general reformado Lino Oviedo, com a participação de militares e políticos de oposição ao novo governo.

A agenda da delegação brasileira em Montevideu começará às 8h de segunda-feira, com um café da manhã com a participação do embaixador Regis Arslanian, delegado do Brasil junto ao Mercosul e à Associação Latino-Americana de Integração (Aladi). Às 9h, terão início reuniões das comissões permanentes do Parlamento do Mercosul.

A Comissão de Relações Internacionais deverá analisar proposta de Mercadante que solicita uma solução negociada para os chamados “enclaves coloniais” no continente, como as Ilhas Malvinas, ocupadas até hoje pela Inglaterra.

Senadores reagem ao anúncio, mas embaixador desmente versões

“O Brasil deve se posicionar de maneira contundente contra essa ação americana. Não aceitamos ser vigiados. O alvo dos EUA é a crescente força que governos de esquerda vêm conseguindo democraticamente no continente. O povo latino-americano não aceita ser tutelado pelo ‘grande irmão’ do norte.” **Senador José Nery**

“Fazemos um apelo para que a Quarta Frota não venha. A notícia de recriação dessa frota teve uma repercussão muito negativa em toda a América, e estranhmos que a decisão tenha sido tomada ao final do governo Bush e no momento em que a situação é tão tranqüila na América Latina.” **Senador Pedro Simon**

“A Quarta Frota é mais uma iniciativa guerreira dos EUA contra povos latino-americanos. Ela não será bem-vinda. Não existe guerra, existe paz na América do Sul.” **Senador João Pedro**

“Entendemos que a reativação da Quarta Frota é uma agressão à soberania dos países da América do Sul. É uma provocação militar.” **Deputado Dr. Rosinha, presidente do Parlasul**

“A reativação da Quarta Frota é inteiramente inoportuna e desnecessária, dadas as atuais circunstâncias mundiais e regionais que conformam a América do Sul como uma região pacífica e democrática. O combate ao narcotráfico pode e deve ser feito



LEOPOLDO SILVA

Simon criticou decisão dos EUA e disse que continente está tranqüilo

num ambiente de cooperação diplomática pacífica e em estrita observância à soberania de todos os países. A militarização de conflitos e problemas regionais poderá resultar em insegurança hemisférica e comprometer a integração da América do Sul e do próprio Mercosul.” **Parlasul**

“O restabelecimento da Quarta Frota é uma mensagem para toda a região, não apenas para a Venezuela.” **Contra-almirante James Stevenson, comandante do Comando do Sul das Forças Navais dos EUA**

“Foi sugerido que o restabelecimento da frota tem alguma relação com as recentes descobertas brasileiras de petróleo em mar. Deixe-me esclarecer as coisas: esse não é o caso.” **Clifford Sobel, embaixador dos EUA no Brasil**

internacional

No Brasil, Cristina Kirchner trata de acordos bilaterais

A presidente da Argentina, Cristina Kirchner, visitou o Senado, onde foi recebida pelo presidente da Casa, Garibaldi Alves.

Durante sua estada no país, Cristina Kirchner assistiu aos festejos do Dia da Independência, em Brasília, com o presidente Lula. Eles receberam informes sobre a implementação dos compromissos assumidos em fevereiro deste ano, na primeira reunião do Mecanismo de Integração e Coordenação Brasil-Argentina, quando se adotou a Declaração da Casa Rosada.

O acordo trata, entre outros assuntos, do sistema de pagamentos em moeda local entre os dois países, para eliminar a utilização do dólar no comércio bilateral. Kirchner e Lula também discutiram a construção de satélite para observação costeira e oceânica, além da constituição de uma empresa binacional de enriquecimento de urânio.

Estiveram em pauta, ainda, estudos para a construção da

hidrelétrica de Garabi, no rio Uruguai, o estudo de viabilidade sobre novas pontes sobre o rio Uruguai, a integração ferroviária, a cooperação em matéria de defesa e a cooperação na área dos biofármacos, entre outros.

Área, população e comércio internacional

A Argentina tem 2,79 milhões de quilômetros quadrados. Mas reivindica 969,5 mil quilômetros quadrados referentes a um território na Antártica e às ilhas austrais, o que inclui as Malvinas, hoje sob domínio britânico sob o nome de Falkland. O país tem 39,4 milhões de habitantes e um produto interno bruto, em 2007, de US\$ 262,3 bilhões.

De acordo com o Instituto Nacional de Estatísticas e Censos da Argentina (Indec), o Brasil é, desde o ano passado, o principal destino das exportações argentinas (18,8% do total, equivalentes a US\$ 10,4 bilhões) e também a principal origem das importações daquele país.

VALTER CAMPANATO/ABR



Atentados contra gasodutos bolivianos na semana passada interromperam parte do fornecimento de gás para o Brasil

Garibaldi: Senado está atento à crise na Bolívia

Presidente do Senado afirma que a Comissão de Relações Exteriores vai acompanhar conflito que ameaça fornecimento de gás natural ao Brasil

A crise política na Bolívia, que resultou em ataques a gasodutos na semana passada, com a conseqüente redução do fornecimento de gás natural para o Brasil, precisa ser acompanhada atentamente pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), observou o presidente do Senado, Garibaldi Alves. Ele também se disse confiante nas ações que o governo brasileiro está tomando para enfrentar a redução na importação do gás.

– Por meio da Comissão de Relações Exteriores o Senado pode, perfeitamente, acompanhar esta crise junto ao Executivo, no qual o presidente da República já está empenhado em mediar a questão. Se houver necessidade, creio que o senador Heráclito Fortes [presidente da CRE] irá articular comigo e daremos o apoio a uma iniciativa que venha a pacificar a Bolívia – afirmou,

mostrando-se preocupado com o abastecimento de gás natural no país.

Augusto Botelho (PT-RR) alertou para a oportunidade de se levar a efeito o projeto de construção de um gasoduto ligando a Venezuela, o Brasil e a Argentina. Segundo ele, a crise política na Bolívia, com reflexos no fornecimento de gás natural para o Brasil, é mais um aviso de que o país não pode ficar tão dependente do suprimento boliviano.

Opositores do governo Evo Morales ocupam as ruas de cinco dos nove departamentos (estados) da Bolívia protestando contra os critérios de distribuição dos recursos provenientes da exportação de gás natural. As manifestações se concentram no sudeste do país, onde estão localizadas as maiores reservas de gás.

Augusto Botelho lembrou que o gasoduto partindo da Venezue-

la foi discutido em 2006 entre os presidentes dos três países, mas a idéia não avançou.

Heráclito Fortes (DEM-PI) declarou sua solidariedade ao povo boliviano.

– Que a democracia, que é um valor tão caro para nós sul-americanos, não seja, de maneira nenhuma, abalada ou colocada em risco: são os votos que faço como presidente da Comissão de Relações Exteriores, mas, acima de tudo, como senador da República e como cidadão brasileiro – frisou Heráclito.

Cristovam Buarque (PDT-DF) ressaltou que o Brasil tem sido omisso em relação ao país vizinho. Ele também sugeriu que a Constituição brasileira proíba o reconhecimento de países surgidos de guerras separatistas. E alertou que a crise boliviana pode ter reflexos dramáticos no Brasil, como o fluxo de milhares de refugiados, inclusive brasileiros.

GERALDO MAGELA



Cristina Kirchner é recebida no Salão Nobre do Senado, onde conversou com o presidente da Casa, Garibaldi Alves, observada por senadores e convidados

Primeira-ministra pede que tropas brasileiras continuem no Haiti

A primeira-ministra do Haiti, Michele Pierre-Louis, recebeu a delegação de senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e agradeceu a presença de tropas brasileiras no Haiti, no comando de missão da Organização das Nações Unidas (ONU). Em seu primeiro dia útil após tomar posse no cargo, a primeira-ministra pediu aos parlamentares que as tropas continuem no país.

– O Haiti viveu muito tempo em ditaduras e nessa época havia alguma forma de estabilidade. Há 20 anos estamos tentando construir a estabilidade na democracia e é muito difícil – afirmou a primeira-ministra.

Michele Pierre-Louis pediu a cooperação brasileira em obras de infra-estrutura, principalmente na geração de eletricidade, uma vez que o país não tem

iluminação pública. Lamentou ainda que o Haiti, que já vive em situação precária, tenha sido atingido por quatro ciclones recentemente.

O presidente da CRE, senador Heráclito Fortes (DEM-PI), informou à primeira-ministra que a comissão autorizou recentemente o envio de mais cem homens da área de engenharia das Forças Armadas para auxiliar o Haiti em obras de infra-estrutura. A reunião com a primeira-ministra contou com a presença do chanceler do Haiti, Jean Renaud.

A comitiva da CRE visitou cinco países do Caribe e da América Central – Guiana, Panamá, Jamaica, República Dominicana e Haiti – e foi composta, além de Heráclito, pelos senadores Marco Antônio Costa (DEM-TO), Virgínia de Carvalho (PSC-SE) e Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC).

Radicalização política ameaça estabilidade

Independente desde 1825, a Bolívia tem uma história de mais de 200 golpes e contragolpes. É um dos países mais pobres da América Latina, com produto interno bruto estimado em US\$ 11,5 bilhões. Sem saída para o mar e com grande parte de seu território tomado pela Cordilheira dos Andes, a Bolívia depende da exportação de seu gás natural para países vizinhos. De sua população, com cerca de 9,2 milhões de pessoas, 60% vivem abaixo da linha da pobreza. As pressões geradas pela profunda desigualdade social são agravadas pelas tensões étnicas. A Bolívia tem 30% de quíchuas, 30% de mestiços, 25% de aimarás e 15% de brancos. São três idiomas oficiais, o espanhol, o quíchua e o aimara. Os nove departamentos (estados) bolivianos guardam profundas diferenças econômicas, políticas, culturais e até geográficas. Cercada por montanhas, a capital, La Paz, é bastante isolada da parte mais rica do país, nas terras baixas, onde se concentram as principais atividades econômicas – inclusive a prospecção de gás.

Em 2005, a vitória nas eleições presidenciais do líder cocaleiro Evo Morales, que liderara manifestações populares contra o governo anterior, marcou um novo capítulo na

história do país. Socialista, Morales é o primeiro indígena a governar a Bolívia. Ele tomou medidas polêmicas, como estatizações, incluindo a de refinarias da Petrobras, e a aprovação de uma nova Constituição, inspirada no ideário bolivariano do presidente da Venezuela, Hugo Chávez. Desde então, a radicalização política só aumentou e ameaça lançar a Bolívia em uma divisão ainda mais profunda. A



oposição fala abertamente em separar o país em dois: de um lado a chamada "Meia Lua", mais rica, liderada pelos departamentos com fronteira com o Brasil, e do outro o oeste da Bolívia, andino e majoritariamente indígena.

O impasse entre Morales e a oposição, que se recusou a aceitar a nova Constituição, levou à convocação de referendos para confirmar os mandatos de Morales e dos governadores dos departamentos. Mas a situação seguiu tensa, com a queda-de-braço relacionada à destinação dos recursos provenientes da extração de gás. Na semana passada, confrontos e atentados contra gasodutos chegaram a interromper parte da exportação.

O Brasil tem 3.423 km de fronteira com a Bolívia, onde vivem cerca de 450 mil brasileiros.

legislação

Portal trará quase 200 mil normas com um só clique

Em novembro será lançado o LexML, sistema que reúne em um mesmo lugar, para facilitar a consulta, a legislação nas três esferas de governo

O “cipoal” jurídico e legislativo brasileiro poderá, em breve, ser consultado pela internet de forma organizada e com confiabilidade. Em novembro, provavelmente até o dia 25, deverá ser lançado o portal LexML, resultado da parceria da Secretaria Especial de Informática do Senado (Prodasen) com órgãos da administração pública que integram a Comunidade de Tecnologia da Informação Aplicada ao Controle (TI Controle).

– Será um sistema padronizado, uma espécie de Google de leis – simplifica o diretor adjunto do Prodasen, Deomar Rosado.

Na realidade, trata-se de uma tarefa árdua que dá resposta a um grande desafio, já tentado sem sucesso no passado: reunir em um mesmo lugar, para facilitar a consulta pelo cidadão, o emaranhado que se tornou a legislação brasileira nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal).

Só para se ter idéia, levantamento disponível pelo Njur – base alimentada pelo Senado Federal – mostra que, desde o início do século 20, foram editadas 196.241 normas legais federais. Desse total, 144.226 são decretos presidenciais; 12.549, leis ordinárias; e 12.321, decretos-lei (extintos pela Constituição de 1988 e substituídos pelas medidas provisórias; 6.542 delas já foram editadas).

Isso não contabiliza as resoluções do Senado (5.721), da Câmara (1.885), do Congresso (65), as emendas constitucionais (106 no total e 56 relativas à última Constituição), leis complementares (128) e leis delegadas (13), entre outras.

O levantamento só mostra as chamadas normas federais de

hierarquia superior. Ou seja, não incluem, por exemplo, resoluções do Banco Central e da Receita Federal, e as normas editadas pelos estados e pelos municípios.

E para adicionar mais um complicador, como explica João Lima, representante do Prodasen no grupo de trabalho LexML, não há informação consolidada sobre o que está ou não em vigência.

O portal LexML permitirá, ainda em 2008, segundo Lima, o acesso às normas federais. Em 2009, deverá integrar legislações estaduais. Porém, com dificuldades a serem superadas. Lima informa que menos da metade dos estados disponibiliza o seu diário oficial pela internet.

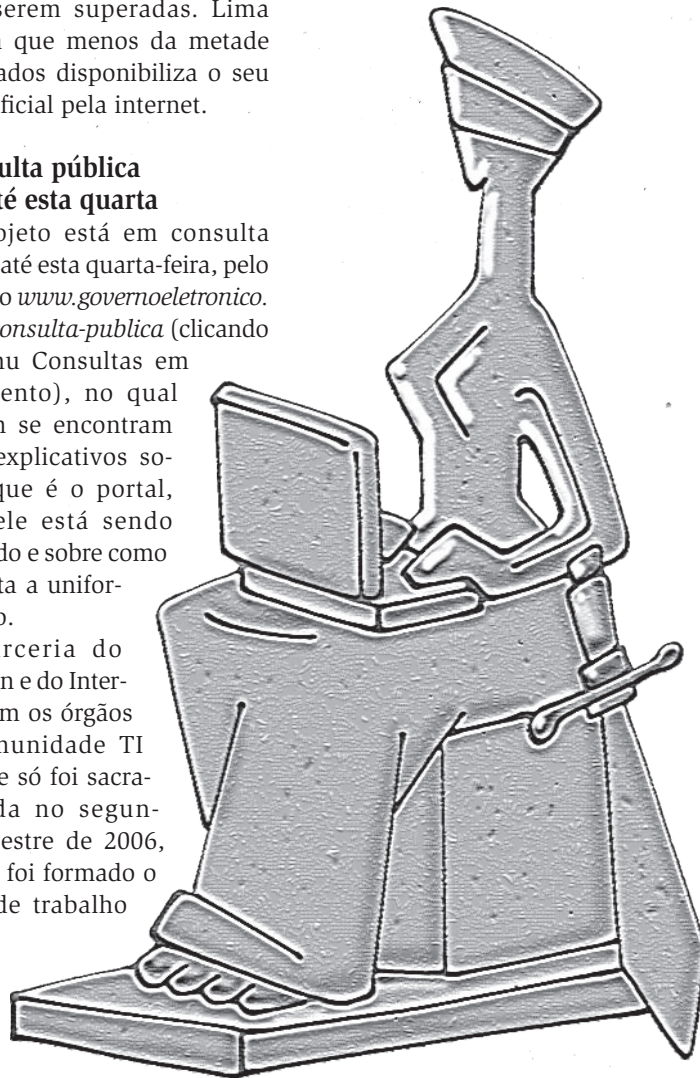
Consulta pública vai até esta quarta

O projeto está em consulta pública até esta quarta-feira, pelo endereço www.governoeletronico.gov.br/consulta-publica (clicando no menu Consultas em Andamento), no qual também se encontram textos explicativos sobre o que é o portal, como ele está sendo elaborado e sobre como será feita a uniformização.

A parceria do Prodasen e do Interlegis com os órgãos da Comunidade TI Controle só foi sacramentada no segundo semestre de 2006, quando foi formado o grupo de trabalho LexML.

Inspirado na experiência da Itália, e em função de o ordenamento jurídico brasileiro sofrer forte influência do Direito romano, o projeto LexML irá inserir o Brasil em uma seleta comunidade internacional.

Apenas alguns países europeus e africanos (estes em decorrência de um projeto desenvolvido pelas Nações Unidas), e a Tasmânia (Austrália) aplicaram a tecnologia *Extensible Markup Language* (XML), utilizada para a elaboração do portal, para facilitar a vida dos seus cidadãos (*ver quadro*).



O LexML no mundo

O Projeto LexML reúne as melhores iniciativas de organização de documentos legislativos e jurídicos do planeta. Veja as experiências mais bem-sucedidas.

Localidade	Projeto	Observações
África	Akoma Ntoso	Projeto promovido pelas Nações Unidas no contexto do projeto “Fortalecimento dos Sistemas de Informação dos Parlamentos na África”. Define um esquema para a estruturação do texto integral de normas e projetos de lei.
Áustria	eLaw	Consiste de um sistema de workflow que acompanha todo o processo de formação da lei, desde a iniciativa até a publicação em diário oficial eletrônico.
Dinamarca	LexDania	Utiliza camadas estratificadas que permitem a montagem de múltiplos esquemas, de acordo com uma metodologia que garante a construção de esquemas compatíveis e consistentes.
Europa	Metalex CEN	O Centro Europeu de Normatização (CEN) está definindo um metaesquema que servirá de denominador comum em relação aos diversos esquemas nacionais.
Holanda	BMW SDU	Desenvolvido, inicialmente, por uma empresa que publicava os atos oficiais, mantido atualmente pelo governo.
	Metalex	Esquema flexível e extensível para a codificação de normas XML, influenciou fortemente o Metalex CEN.
Itália	Norme in Rete	Consiste na definição de um identificador uniforme (URN), um formato para estruturar o inteiro teor de normas (DTD e XML Schema) e um portal para a resolução de identificadores (tradução de URN em URLs)
Suíça	CHLexML	Define XML Schema para ser utilizado na publicação de todos os atos legislativos, nos níveis federal, estadual (27 cantões) e local. O sistema lida com o problema de múltiplas línguas oficiais e múltiplos sistemas de classificação (um para cada cantão)
Tasmânia (Austrália)	EnAct	Implementação de sistema que permite a recuperação do texto vigente da norma para uma determinada data.

Fonte: Prodasen/Interlegis

Legislação não impediu erros formais

Com a organização da informação legislativa e jurídica em forma digital pelos vários órgãos do Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público, o projeto LexML viabilizará o cumprimento de dispositivo constitucional que define o acesso à informação como um direito fundamental do cidadão (art. 5º, inciso XIV).

Apesar de a Constituição de 1988 ter previsto lei complementar para tratar da elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, só dez anos depois disso foi feito (com a Lei Complementar 95, alterada pela 107/01). No entanto, esse avanço na uniformização da

técnica legislativa não impediu a continuidade de erros formais.

A apresentação do LexML cita o Código Civil de 2002 e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2007 com exemplos de equívocos de forma. Embora não comprometam o conteúdo legal, esses erros podem ser evitados com a validação automática da estrutura de documentos textuais utilizando a tecnologia XML (criada em 1998).

Além dessa padronização, o XML vai permitir outras aplicações, como a elaboração de quadros comparativos das leis e suas alterações, como cita o diretor adjunto do Prodasen, Deomar Rosado.

GeoSenado: ferramenta facilitará o controle social do Orçamento

Mais um passo está sendo dado para facilitar o controle do Orçamento federal pelos cidadãos. Quem quiser acessar informações sobre os recursos que vão para determinado estado ou município poderá usar o mapa do Brasil do “Google Maps” para chegar até o Siga Brasil, principal ferramenta do Senado para dar transparência aos gastos da União. “É o primeiro sistema de georreferenciamento da Casa”, diz o diretor da subsecretaria de sistema de tecnologia de informação do Prodasen, Alexandre Coelho Batista.

Batizado provisoriamente de GeoSenado, o novo aplicativo combina, com o conceito tecnológico de sobreposição de informações (*mashup*), dados cartográficos de uma determinada região, estado ou cidade com as respectivas

informações orçamentárias.

Pelo sistema, o usuário pode visualizar o mapa do Brasil com os vários estados. Na barra acima do mapa, poderá selecionar os meses, os anos de 2007 e 2008 e destacar, por exemplo, o município sobre o qual deseja informação.

A simplicidade e a facilidade de uso sugerem que o sistema possa auxiliar o Senado na sua função de fiscalizar o gasto público e induzir o controle social, avalia Ernesto Wilhelms Neto, analista do Prodasen, responsável pelo desenvolvimento do produto.

Há ainda entraves que terão de ser vencidos. Algumas áreas do país não contam com imagens atualizadas e detalhadas no “Google Maps”. Haveria necessidade, na opinião de Neto,



Pelo mapa, cidadão terá acesso a dados sobre cada gasto público, como na obra da BR-153, em Goiás

de recorrer à versão paga do “Google Maps”, que possui imagens com maior definição e mais atualizadas, que acaba subsidiando a versão gratuita. Ou então recorrer a novos parceiros, como o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), que dispõe de imagens de satélite. Se isso for feito, será possível

planejar, no futuro, o acompanhamento virtual da execução orçamentária, resultando, segundo o especialista, em economia de passagens, hospedagens e outros custos de deslocamento com que ministérios setoriais e órgãos de controle precisam arcar para fiscalizar e auditar obras com recursos federais.

institucional

Inscrições para concurso começam nesta semana

Senado divulgou na sexta-feira o edital do concurso público para 150 vagas, 89 de nível superior e 61 de nível médio. Salários vão de R\$ 6,7 a 13,8 mil

Os cinco editais do concurso público do Senado para o preenchimento de 150 vagas de diversos cargos de nível superior (89 vagas) e médio (61 vagas) foram publicados no *Diário Oficial da União* na sexta-feira passada.

Do total de vagas, 5% estão reservados aos candidatos portadores de deficiência (veja quadro). Os salários variam entre R\$ 6.722,68 – para nível médio – e R\$ 13.879,95 – para consultor de orçamentos. As provas objetivas e discursivas serão aplicadas pela Fundação Getúlio Vargas no dia 9 de novembro, com exceção dos cargos de advogado e consultor, para os quais as provas objetivas ocorrerão no dia 9 de novembro e as discursivas em 23 de novembro.

As inscrições começam nesta segunda-feira e poderão ser feitas até o dia 10 de outubro, custando R\$ 80 para nível superior e R\$ 50 para nível médio. Os candidatos que comprovarem não ter condições financeiras serão isentos do pagamento, desde que atendam às exigências do edital. As provas serão realizadas em sete capitais: Belém, Belo Horizonte, Brasília, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo.

As vagas para nível superior estão divididas entre os cargos de analista legislativo (25 para a área de processo legislativo, 25 para técnico-administrativo e 21 para comunicação social); analista de informática legislativa (8 vagas); consultor legislativo de orçamento (2); e advogado (8). Para nível médio haverá vagas para as áreas de processo legislativo (10), apoio técnico-administrativo (10), polícia legislativa (2) e comunicação social (39).

Os editais podem ser lidos no site www.senado.gov.br.

Cargo	Área	Especialidade	Vagas de ampla concorrência	Vagas reservadas
Analista Legislativo R\$ 9.580,50	Apoio Técnico ao Processo Legislativo	Processo Legislativo	23	2
	Apoio Técnico-Administrativo	Administração	9	1
		Arquitetura	1	-
		Arquivologia	2	1
		Biblioteconomia	1	1
		Contabilidade	2	1
		Engenharia Civil	1	-
		Engenharia Elétrica	1	-
		Engenharia Mecânica	1	-
		Medicina	1	-
Tradução e Interpretação	1	1		

Técnico Legislativo R\$ 6.722,68	Apoio Técnico ao Processo Legislativo	Processo Legislativo	9	1
	Apoio Técnico-Administrativo	Administração	9	1

Advogado do Senado Federal R\$ 12.677,28			7	1
Consultor de Orçamentos R\$ 13.879,95	Consultoria e Assessoramento em Orçamentos	Assessoramento em Orçamentos	1	1

Analista Legislativo R\$ 12.264,48	Comunicação Social, Eventos e Contatos	Analista de Produção Executiva	1	-
		Analista de Relações Públicas	1	1
		Editor de TV	8	1
		Estatístico	1	-
		Produtor de Marketing	1	-
		Produtor de Multimídia	1	-
		Produtor de Publicidade e Propaganda	1	-
		Produtor para Revisão de Conteúdos Jornalísticos	1	1
		Produtor de Pesquisa e Opinião	1	-
		Supervisor de Programação de Rádio	1	-
Supervisor de Programação de TV	1	-		

Analista de Informática Legislativa R\$ 9.580,50	Informática Legislativa	Análise de Sistemas	5	1
		Análise de Suporte de Sistemas	1	1

Técnico Legislativo R\$ 6.722,68	Comunicação Social, Eventos e Contatos	Operador de TV	5	4
		Produtor de Desenvolvimento de Conteúdos Jornalísticos para Internet	1	-
		Produtor de Infografia Jornalística	1	1
		Produtor de Rádio	6	1
		Produtor de TV	10	1
		Técnico em Locução	5	1
		Técnico em Videografismo	5	1

Cargo	Área	Especialidade	Vagas de ampla concorrência
Técnico Legislativo R\$ 6.722,68	Polícia Legislativa	Policial Legislativo Federal	2

presidência

Senado vai aplicar súmula do STF sobre nepotismo imediatamente, diz Garibaldi

O presidente do Senado Federal, Garibaldi Alves, reafirmou a decisão tomada pela Mesa de aplicar de imediato a súmula do Supremo Tribunal Federal (STF) que proíbe o nepotismo à administração da Casa.

– Quem não cumprir estará sujeito às penas da lei – declarou.

Garibaldi condenou o nepotismo e os funcionários fantasmas, que persistem em órgãos públicos. Ele negou que haverá prazo para os senadores demitirem seus parentes.

– Estamos esperando o cumprimento da lei por parte dos senadores. Não estou lidando com nenhum menino de grupo escolar. Caso contrário, serão denunciados ao próprio Supremo ou ao próprio Senado, e providências serão tomadas – afirmou.

Membro da Mesa, Pápaléo Paes (PSDB-AP) apoiou a decisão.

– Foi apenas lembrado que tem que se cumprir a Súmula 13. Não existe prazo para isso, porque foi uma decisão do STF – explicou Pápaléo Paes.

PODERES DAS CPIS

Garibaldi Alves criticou o STF por ter negado o acesso da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Escutas Clandestinas da Câmara aos dados sigilosos das operações Chacal e Satiagraha, da Polícia Federal. A CPI buscava acesso aos discos rígidos do Banco Opportunity, de Daniel Dantas. – Esse é um precedente perigoso. Temos que procurar um entendimento para que a CPI não veja todos os pedidos negados.

CASSAÇÃO

Pápaléo Paes informou que o Senado vai dar ao senador Expedito Júnior (PR-RO), que teve o mandato cassado por decisão do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) de Rondônia, as chances de defesa para que a Casa não seja obrigada a voltar atrás em alguma decisão, como no caso do ex-senador João Capiberibe (AP). “Expedito continuará até o último recurso na Justiça transitar em julgado.”

RELATÓRIO

O corregedor da Casa, senador Romeu Tuma (PTB-SP), apresentou ao presidente Garibaldi Alves relatório em que isenta o 1º secretário, Efraim Moraes (DEM-PB), de envolvimento com supostas fraudes em licitações de empresas prestadoras de serviços, segundo denúncias da imprensa. Sem conhecimento do teor do relatório de Tuma, Garibaldi prometeu falar sobre o assunto somente após uma leitura atenta do texto.

Vai até o dia 28, no Salão Negro do Congresso, a edição 2008 da exposição *Artistas Brasileiros – Novos Talentos*, que apresenta obras de 62 artistas plásticos, indicados por senadores de seus estados. Estiveram na inauguração Renan Calheiros (PMDB-AL) e sua esposa, Verônica Calheiros. Ela recebeu de Garibaldi Alves felicitações pela iniciativa da criação da mostra há quatro anos, quando Renan era presidente da Casa.



MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Pápaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Helival Rios
Direção de Jornalismo:
Maria da Conceição Lima Alves

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro
Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés Oliveira
Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

EDIÇÃO SEMANAL



Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Davi Emerich
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suelly Bastos, Thâmara Brasil e Valter Gonçalves Júnior
Reportagem: Cintia Sasse, Janaína Araújo, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes.
Diagramação: Bruno Bazilio, Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéias D. de Moraes
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo, Humberto Souza Lima e Roberto Suguino
Arte: Cirilo Quartim e Oscar
Arquivo fotográfico: Elida Costa
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 61 3311-3333 e 0800 61 2211 - Fax: 61 3311-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

programação

A reforma política proposta pelo Executivo

Rádio Senado debate, com senadores e especialistas, temas como listas fechadas de candidatos e financiamento público de campanhas

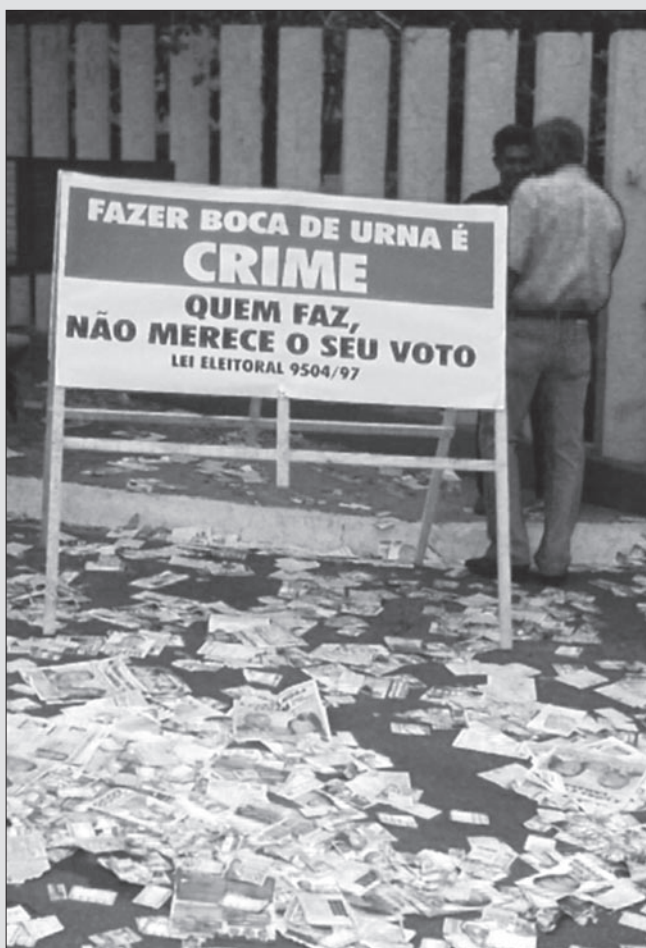
O programa *Conexão Senado*, que vai ao ar às 12h desta segunda-feira pela Rádio Senado, discutirá a proposta de reforma política enviada ao Congresso pelo Poder Executivo. Entre as sugestões estão o financiamento público de campanhas eleitorais e a criação da cláusula de barreira ou desempenho.

O texto também prevê a ilegibilidade dos candidatos condenados pela Justiça e cria as chamadas listas fechadas, com os

nomes dos candidatos preordenados pelos partidos.

Outros itens estabelecem a fidelidade partidária e o fim das ligações entre legendas nas eleições proporcionais, o que impede que os partidos se reúnam na disputa para as câmaras municipais, estaduais, federal e distrital.

Os diferentes aspectos da reforma política proposta pelo governo são o assunto de entrevista especial, que terá a participação de senadores e especialistas.



Lei Eleitoral deve ser modificada, segundo proposta de reforma enviada recentemente pelo Poder Executivo ao Congresso Nacional

No Pergunte ao Doutor, uma série sobre hepatite

No *Pergunte ao Doutor* desta semana, a Rádio Senado inicia uma série sobre hepatite, doença crônica infecciosa de maior importância no mundo atualmente, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS). O programa vai ao ar às 8h30 de quarta-feira, com reprise às 9h30 de segunda-feira.

Para entender um pouco melhor o assunto, ele será debatido em dois programas. No primeiro, haverá entrevista sobre a hepatite A com a médica Sônia Geraldine, infectologista da Secretaria de Saúde do DF.

No próximo programa, serão abordadas as hepatites B e C, as que mais preocupam as autoridades de saúde, pois podem levar à cirrose e ao câncer de fígado. No Brasil, há cerca de 2 milhões de portadores crônicos da hepatite B e 1,5 milhão de infectados pela hepatite C, quase 8 vezes o número de portadores do HIV, o vírus da Aids.

Osmar Dias fala sobre as novas regras para a contratação de estagiários

A Câmara dos Deputados aprovou o projeto de lei que regulamenta a contratação de estagiários por empresas e na administração pública. De autoria do senador Osmar Dias (PDT-PR), o projeto deve virar lei nos próximos dias, com a sanção presidencial.

O assunto será debatido no *Fique por Dentro da Lei*, que

a Rádio Senado apresenta às 8h30 desta terça-feira, com a participação do representante do Paraná.

Entre as principais mudanças está o limite de seis horas de trabalho por dia e de 30 horas semanais. A norma visa evitar abusos de empregadores que usam o estagiário como mão-de-obra barata.

SAFRA DE GRÃOS

A safra recorde de grãos 2008/2009, da ordem de 143 milhões de toneladas, é um dos assuntos da entrevista com o presidente da Comissão de Agricultura do Senado, Neuto de Conto (PMDB-SC), que vai ao ar às 8h30 desta segunda-feira no *Senado Economia*, da Rádio Senado.

O senador também fala sobre os problemas do Mercosul e da Rodada Doha e sobre a necessidade de o Brasil investir em infra-estrutura e logística.

TV SENADO EM NATAL – A TV Senado inaugura nesta quinta-feira sua oitava repetidora em canal aberto no país. Será em Natal, no Rio Grande do Norte. A emissora vai funcionar nas dependências da TV Universitária de Natal, órgão da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), e ocupará o canal 52, em UHF (Ultra High Frequency).

A solenidade de inauguração ocorrerá no auditório da Escola de Música da UFRN e deverá contar com a presença do presidente do Senado, Garibaldi Alves Filho, do reitor da universidade, José Ivonildo Rego, da governadora Wilma de Faria e do prefeito de Natal, Carlos Eduardo Alves, entre outras autoridades.

A TV Senado já opera em sinal aberto – em UHF – em Brasília (canais 51 e 36), Manaus (canal 57), Recife (canal 55), Fortaleza (canal 43), Salvador (canal 53) e João Pessoa (canal 40).

Até o início do próximo ano, a TV Senado pretende inaugurar outros quatro canais em sinal aberto, sendo dois no Rio de Janeiro, um em Maceió, um em Cuiabá e um em Rio Branco.

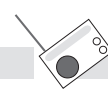


SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Ecosenado
4h30 - De coração
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - Ecosenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional
Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia
12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Música
15h30 - Mesa Brasileira
16h30 - Especial – Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - Ecosenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Ecosenado (reprise)
2h30 - Diplomacia -
3h30 - Cidadania Entrevista -
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Música
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - Ecosenado (reprise)
11h30 - Especial
12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Música
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)



SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação
22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação
DOMINGO
6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e Informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam ser transmitidas

ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: NET, TVA e Vídeo Cabo
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Tecsat (17)

UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

(55) e Manaus (57).
ANTENA PARABÓLICA
Sistema analógico: Satélite - B1
Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal
Frequência - 4.130 MHz
Sistema digital: Satélite - B1

Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical
Frequência - 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz
Antena - 3,6 m
PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB
Symbol Rate - 3,2143Ms/s
FEC - ¾

Como sintonizar

FM
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas
ONDAS CURTAS
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG
INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player
ANTENA PARABÓLICA
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

voz do leitor

Defesa da Amazônia

“Com a aprovação da medida provisória que triplica a área destinada, sem licitação, para uso rural na Amazônia Legal, que não me parece, minimamente, seguir as regras definidas recentemente para o uso desse instrumento – relevância e urgência –, estamos, por intermédio dessa instituição, que deveria nos representar, permitindo talvez até a intervenção estrangeira na região.”

Orywa Campos, de São Paulo (SP)

Conciliação prévia

“A iniciativa do Senado de revisão das comissões de conciliação prévia (CCP), além de louvável, é urgentíssima, em face das conseqüências danosas que a matéria impõe aos trabalhadores. A Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), instrumento básico nas relações trabalhistas, é contaminada pelo Código de Processo Penal, procrastinando sentenças favoráveis ao trabalhador, negando-lhes direitos adquiridos. Os tribunais do Trabalho, criados com o foco de proteger o trabalhador, indiretamente os prejudicam, principalmente se o reclamado tiver condições econômicas favoráveis para custear grandes escritórios de advocacia. Eles conseguem, através dos atalhos previstos no Código de Processo Penal, engessar por décadas o cumprimento das sentenças. Na hipótese da não-existência desse segmento da Justiça, a exemplo das demais nações, elegendo-se apenas a CLT para regular as relações capital/trabalho na Justiça comum, a Justiça seria praticada com brevidade. Os recursos exigidos pela Justiça do Trabalho, se transferidos para educação e saúde, fariam este país mais próspero e feliz.”

Ernani Baltazar Santos Barbosa, de Niterói (RJ)

Direitos autorais

“No Brasil, muitos escritores

iniciantes, como eu, estão tendo que abdicar de seus direitos autorais em forma de pagamento em livros. Isso é uma vergonha, pois as editoras não querem mais ter compromissos. Espero que isso mude! Precisamos de um projeto de lei que proteja os direitos autorais.”

Adriano Henrique de Oliveira, de Caruaru (PE)

Nova CPMF

“Para justificar o voto favorável ao novo imposto (CSS), o deputado Décio Lima disse, em entrevista a uma rádio de Blumenau (SC), que ‘entre empresários e trabalhadores, fico sempre do lado dos trabalhadores, independente das conseqüências’. É devido a essa hipocrisia que a classe política está cada vez mais desacreditada.”

Lourival Custódio, de Blumenau (SC)

Lei Seca

“Parabenizo o Congresso Nacional pela aprovação da Lei Seca, que diminuirá bastante os acidentes de trânsito e contribuirá para o bem da sociedade.”

Renan Silva Negreiros, de Piracuruca (PI)

Inscrição gratuita

“Proponho que se elabore uma lei para que as pessoas de baixa renda deixem de pagar inscrição em concursos públicos.”

Rodolfo Leonardo Silva Brasil, de Ribeira do Pombal (BA)

Ficha suja

“Quero parabenizar a Associação dos Magistrados do Brasil (AMB) por ter dado transparência às listas dos candidatos com ficha suja, ajudando assim a esclarecer os eleitores sobre seus respectivos candidatos. Espero que essas listas cheguem a todas as esferas municipais.”

Daniel Gonçalves, de Machados (PE)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

frases



“O Legislativo oferecerá um tratamento draconiano contra os grampeadores de plantão”

Garibaldi Alves, sobre o projeto aprovado pelo Senado que estabelece até sete anos e meio de reclusão para quem violar o sigilo da comunicação telefônica sem autorização judicial.

“O Brasil não é o responsável pela falta de alimentos no mundo, mas sim os países que exploram a produção de insumos agrícolas, com destaque para os fertilizantes, que sofrem constantes majorações”

Neuto de Conto, ao responder a críticas internacionais de que grande parte das terras agricultáveis brasileiras está sendo usada para fornecer bioenergia em detrimento da produção de alimentos.



“Nós todos achamos natural uma criança morrer do lado de fora de um hospital caro porque os pais não têm dinheiro para pagar a entrada no hospital [...]. O nome disso é pedofobia e nós todos, brasileiros, sofremos dessa doença”

Cristovam Buarque, criticando a indiferença da sociedade brasileira diante da situação de grande parte da população infantil, sem acesso a condições mínimas para seu desenvolvimento.

“Acabaram criando também o empréstimo consignado para os estados. É aquele que é sem risco, não tem risco nenhum. Em vez de dar dinheiro para o estado, agora, se tiver dívida, vai debitar. É igual ao empréstimo que qualquer funcionário público ou qualquer pessoa faz, o chamado empréstimo consignado”

Wellington Salgado, criticando proposta do Executivo prevendo que os valores das dívidas vencidas e não pagas pelos estados serão abatidas dos recursos ainda não liberados pela União.

“Eu não sou seu preso, não! Estou aqui como parlamentar. Não me trate como se eu estivesse pendurado em algum pau-de-arara, porque não estou”

Arthur Virgílio, ao ex-diretor da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), Paulo Lacerda, que negou em audiência pública no Senado que a instituição tenha equipamento para realizar escutas ilegais.

“As pesquisas sobre violência no Brasil retratam um país em guerra”

Alvaro Dias, sobre os dados segundo os quais, nas grandes cidades brasileiras, a porcentagem de vítimas da violência que apresentam sintomas de estresse pós-traumático é similar à de países que passaram por guerras ou conflitos armados, como a Argélia, o Camboja e a Etiópia.

“Como pode prejudicar a indústria se vai beneficiar as futuras gerações?” [a licença-maternidade de seis meses]

Ideli Salvatti, defendendo a lei sancionada pelo presidente Lula de crítica da Confederação Nacional da Indústria (CNI) de que a ampliação do prazo da licença de 120 para 160 dias sacrificaria a indústria.

pergunte ao senador

Inclusão e Justiça rápida favorecem a paz social

“O que deve ser feito para acabar com a violência no país?”

Rubens de Toledo, de Quatá (SP)

O senador **Flávio Arns (PT-PR)** responde:

“Há uma série de medidas que precisam ser adotadas para enfrentarmos a violência, que passam pela necessidade de promover a inclusão social por meio de uma boa educação, saúde, moradia, emprego e renda. Mas temos também um fator grave, que acaba estimulando a impunidade e contribuindo para agravar a violência, que é a morosidade da Justiça em nosso país. Isso nos

preocupa aqui no Congresso Nacional, e faz com que toda a sociedade sofra diante dessa realidade. Acredito que é tarefa do Poder Judiciário debruçar-se sobre essa questão e decidir mudar o que precisa ser aprimorado. Por outro lado, é fundamental que haja uma revisão tanto do processual penal como do processual civil. No Senado, já contamos com grupos constituídos que estão discutindo essas questões. Entre os dispositivos que precisam ser mudados estão os que permitem

aos advogados a possibilidade de um número enorme de apelações até que haja uma decisão final da Justiça sobre os processos a serem julgados.



Guarda compartilhada pode melhorar a vida dos filhos

Está em vigor desde 12 de agosto a lei que instituiu e disciplinou a guarda compartilhada dos filhos (Lei 11.698/08). Apesar de ser considerada uma bem-vinda divisão de responsabilidades e uma maior

oportunidade para os pais conviverem com as crianças, a guarda compartilhada pode se tornar um problema caso existam atritos entre os responsáveis. Saiba como funciona esse modelo e as opiniões de especialistas.

Pai e mãe têm mesmo direito e dever

Já aplicada por alguns juízes e por pais separados com convívio harmonioso, a guarda compartilhada tem como princípio a divisão igualitária de direitos e deveres dos pais em relação aos filhos, o que inclui as decisões sobre a rotina da criança – escolha da escola, pediatra, dentista e atividades extras – e a definição conjunta sobre o tempo em que o pai e a mãe ficarão com o filho.

Apesar de não impor um modelo de guarda compartilhada, a nova lei prevê que seja dada preferência a esse tipo de tutela em qualquer processo de separação. A escolha também pode ser por consenso dos pais. Ainda de acordo com a lei, o juiz poderá requerer orientação técnico-profissional para estabelecer as atribuições do pai e da mãe e os períodos de convivência destes com a criança, além de informar aos pais o significado da guarda compartilhada, a sua importância, a semelhança de deveres e direitos atribuídos aos dois e as sanções pelo descumprimento de suas cláusulas.

Segundo Maria Antonieta Pisano Motta, psicanalista e mestre em psicologia clínica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), na guarda compartilhada, um dos pais pode deter a guarda material ou física e ambos compartilham os direitos e deveres emergentes do pátrio poder. Ela explica, porém, que não há uma divisão pela metade do tempo passado com os filhos. A psicanalista ainda esclarece que o genitor que não

tem a guarda física não se limitará a supervisionar a educação dos filhos e a exercer o direito de visitas, como ocorre na guarda unilateral.

Maria Antonieta enfatiza que a guarda compartilhada não se aplica a todos os casos, como naqueles em que o casal vive um conflito judicial. Ela afirma que o modelo é uma forma de regulamentação que funciona bem para a maioria dos pais cooperativos e muitas vezes tem êxito mesmo quando o diálogo entre os pais não é bom, mas estes são capazes de isolar os filhos de seus conflitos conjugais.

Para a psicanalista, a criança muito ansiosa ou insegura talvez não tenha estrutura para

ser submetida a rotinas diferentes ou a regras e normas até certo ponto conflitantes. A guarda compartilhada também pode não ser a melhor solução, segundo Maria Antonieta, quando a criança é muito pequena e por isso necessita da convivência estreita e contínua com a mãe (salvo exceções).

Conceito nasceu na Inglaterra e se espalhou pelo mundo

De acordo com a advogada Sofia Miranda Rabelo, professora da Fundação Escola Superior do Ministério Público, o modelo originou-se na Inglaterra, na década de 1960, quando ocorreu a primeira decisão sobre guarda compartilhada (*joint custody*). O conceito então se estendeu para a França, Canadá e, nos Estados Unidos, foi desenvolvido em larga escala. A advogada avalia que a tendência mundial é o reconhecimento da guarda compartilhada como a forma mais adequada e benéfica nas relações entre pais e filhos, servindo como tentativa para minorar os efeitos desastrosos da maioria das separações.

Especialista mostra como deve ficar a divisão das despesas

Uma das principais dúvidas relacionadas à guarda compartilhada é o pagamento da pensão alimentícia. Sandra Regina Vilela, advogada especializada na área de família e membro da equipe do site Pai Legal, lembra que o Código Civil determina que os pais são responsáveis pelo sustento dos filhos, na proporção dos rendimentos de cada um, situação que se manterá da mesma forma com a guarda compartilhada. “Ao contrário do que se imagina, a guarda compartilhada não será sinônimo de inexistência de pagamento de pensão”, ressalta.

A advogada explica que o juiz deve buscar o valor necessário para o sustento da criança com educação, lazer, vestuário e saúde, entre outras despesas, e então levantar os rendimentos do pai e da mãe para determinar a contribuição de cada um. Um dos genitores, segundo a especialista, pode ser escolhido para administrar o valor pago pelo outro ou o juiz poderá determinar que as despesas da criança sejam pagas *in natura*, dividindo essas obrigações entre os genitores.

Sandra afirma que nos Estados Unidos e na Europa, onde a guarda compartilhada já é utilizada na maioria das separações, estatísticas comprovam que esse modelo gera uma responsabilização maior do pai com o pagamento das despesas.

O perde-e-ganha das diversas situações

A pesquisadora Suzana Borges Viegas de Lima, advogada e mestre em Direito, Estado e Constituição pela Universidade de Brasília (UnB), explica quais os tipos mais comuns de guarda dos filhos e apresenta argumentos favoráveis e contrários:

• **Exclusiva ou unilateral:** a criança mora com um dos pais, com direito a visita.

Pró → pode funcionar quando os pais não se entendem e não conseguem conviver em harmonia.

Contra → ocorre um distanciamento do pai ou da mãe que não mora com a criança.

• **Alternada:** a mais criticada no meio jurídico. Cada pai exerce, alternadamente, a guarda do filho; ou seja, ele terá duas casas.

Pró → melhor saída se os pais realmente não conseguem ter qualquer tipo de convivência após a separação.

Contra → divide a vida da criança, além de não permitir que os pais dialoguem.

• **Conjunta ou compartilhada:** pai e mãe são responsáveis pela criança.

Pró → a convivência harmoniosa dos pais possibilita o melhor desenvolvimento dos filhos.

Contra → não funciona se os pais não se relacionam em sintonia.

Saiba mais

Associação de pais e mães separados (Apase)
www.apase.org.br

Associação pela participação de pais e mães separados na vida dos filhos (Participais)
www.participais.com.br

Pai legal
www.pailegal.net